



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 12 | dezembro 2016



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**
Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: dezembro de 2016

Elaborado com informação disponível até ao dia 29 de dezembro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Destaques	33
Evolução Recente do Novo Crédito Vencido das Empresas	35
Artigos	39
Em Análise	41
Inovação – Marcas, Patentes, Modelos e Desenhos na Economia Portuguesa	41
Iniciativas e Medidas Legislativas	49
Lista de Acrónimos	57

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No início do quarto trimestre de 2016, assistiu-se a uma ligeira desaceleração da produção industrial mundial, cujo aumento foi de 1,5% em termos homólogos em outubro (1,6% em setembro) e a um enfraquecimento global das trocas comerciais das economias avançadas e dos países emergentes e em desenvolvimento.
- * O PIB do G20 aumentou para 2,9% em termos homólogos reais no 3.º trimestre de 2016 (igual ao 2.º trimestre). De entre as economias avançadas, registou-se uma melhoria do PIB dos EUA e do Japão; já que o da economia europeia estabilizou. De entre os países emergentes, o PIB da China e da Índia manteve-se em 6,7% e em 7,2%, respetivamente; enquanto o do Brasil foi menos negativo (-2,9%, comparado com -3,6% no 2.º trimestre).
- * Os indicadores disponíveis para o 4.º trimestre de 2016 para os EUA indicam a continuação de uma melhoria da atividade económica (produção industrial, vendas a retalho) e do mercado de trabalho. O consumo privado manteve-se robusto, tendo aumentado 2,9% em termos homólogos reais no conjunto dos meses de outubro e novembro de 2016. Em novembro de 2016, a taxa de desemprego diminuiu para 4,6% (4,9% em outubro) e a taxa de inflação homóloga subiu para 1,7%.
- * No 3.º trimestre de 2016, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) aumentou para 1,9% e 1,7% em termos homólogos reais, respetivamente (igual ao trimestre precedente) refletindo um contributo menos positivo da procura interna compensado por uma melhoria do contributo das exportações líquidas, embora negativo. De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália de novembro de 2016, o PIB trimestral em cadeia da área do euro aumentou, pelo 6.º mês consecutivo (+0,3%, no 3.º trimestre). No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2016, o indicador de sentimento económico recuperou tanto na UE como na AE, resultando da melhoria de todos os indicadores de confiança. Em outubro de 2016, a taxa de desemprego diminuiu quer para a UE, quer para a AE, situando-se em 8,3% e 9,8%, respetivamente (as mais baixas desde março e agosto de 2009). Em novembro de 2016, a taxa de inflação homóloga da área do euro subiu para 0,6% e para 0,2% em termos de variação dos últimos 12 meses.
- * Em dezembro de 2016 e, até ao dia 21, o preço *spot* do petróleo *Brent* teve uma subida significativa, para se situar, em média, em 55 USD/bbl (52 €/bbl), refletindo o acordo estabelecido na reunião da OPEP (30 de novembro) para a redução da produção em 1,2 milhões de barris/dia, a partir de janeiro de 2017.
- * As taxas de juro de curto prazo prosseguiram em dezembro de 2016, o seu movimento descendente para a área do euro, renovando níveis historicamente baixos (-0,31%, em média, até ao dia 21). Neste aspeto, o Conselho do Banco Central Europeu (BCE), decidiu, no dia 8, prolongar a compra de ativos até final do ano de 2017 mas, simultaneamente diminuir o montante de compras mensais, a partir de abril (de 80 para 60 mil milhões de euros) e, manter as taxas de juro inalteradas. O BCE decidiu também deixar cair o limite para as yields inferiores à sua taxa de depósito (-0,40%) e reduzir a maturidade residual mínima dos títulos elegíveis de 2 para um ano, contribuindo para alargar os ativos elegíveis. Nos EUA, pelo contrário, acentuou-se o movimento de subida das taxas de juro de curto prazo, coincidindo com a decisão, em meados do mês, da Reserva Federal de aumentar as taxas de juro federais para o intervalo entre 0,50% e 0,75% (entre 0,25% e 0,50%, decidido em dezembro de 2015).
- * No contexto, de políticas monetárias divergentes do BCE e da Reserva Federal dos EUA, o euro face ao dólar situou-se em 1,04, no dia 21 de dezembro de 2016 (aproximando-se dos valores mais baixos dos últimos 14 anos) e representando uma depreciação de 4,3% face ao final do ano de 2015 (1,09).

Conjuntura Nacional

- * De acordo com os dados publicados pelo INE referentes a novembro de 2016, o indicador de clima económico registou uma ligeira deterioração face aos meses de outubro e setembro.
- * O Índice de confiança dos consumidores melhorou, em termos médios, no trimestre terminado em novembro, enquanto os indicadores qualitativos dos empresários apresentaram um desenvolvimento misto.
- * O Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou um crescimento homólogo de 0,1%, o que representa uma diminuição de 0,3 p.p. face ao registado no trimestre terminado em outubro.
- * O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu, em termos médios homólogos, 3,2% no trimestre terminado em outubro, desacelerando 0,1 p.p. face ao valor do terceiro trimestre.
- * No final de novembro, o número de desempregados registados nos centros de emprego diminuiu, em termos homólogos, 11,6%, enquanto os desempregados registados ao longo do mês caíram 10%.
- * Em novembro de 2016, a variação homóloga do IPC fixou-se em 0,6%, 0,3 p.p. abaixo do valor de outubro, enquanto o IHPC cresceu 0,5%, 0,1 p.p. abaixo do registado na área do euro. Em igual período, o IPPI registou uma variação homóloga nula.
- * Até outubro de 2016, o excedente acumulado da balança corrente foi de 777 milhões de euros, o que representa uma redução de 199 milhões de euros em termos homólogos.
- * A execução orçamental das Administrações Públicas traduziu-se, no final do mês de novembro, num saldo global negativo de 4336 milhões de euros, valor que revela uma melhoria de 394 milhões de euros em relação ao registado no mesmo mês do ano anterior¹. Para este resultado foi decisivo o crescimento de 1,9% da receita efetiva, superior ao aumento entretanto registado na despesa efetiva (1,3%)². O saldo primário atingiu, no mesmo período, os 3646 milhões de euros, o que corresponde a uma melhoria de 713 milhões de euros face ao mês homólogo do ano anterior.
- * O subsector da Segurança Social foi determinante para o resultado da execução orçamental das Administrações Públicas, dado o seu saldo global ter aumentado cerca de 470 milhões de euros, fixando-se em 1302 milhões de euros. A Administração Central revelou, entretanto, um saldo global negativo de 6278 milhões de euros, valor que, por sua vez, decorre da conjugação de um défice do Estado (6540 milhões de euros) e de um excedente dos Serviços e Fundos Autónomos (262 milhões de euros).
- * O subsector da Administração Regional, por seu lado, registava, em finais novembro, um saldo global positivo da ordem dos 35 milhões de euros, enquanto o subsector da Administração Local mostrava, no mesmo período, um saldo global positivo próximo dos 605 milhões de euros.
- * No final de outubro o total da dívida das Administrações Públicas (ótica de Maastricht) ascendia a 243208 milhões de euros, valor que representa uma diminuição de 1212 milhões de euros relativamente ao mês anterior, o equivalente a 0,5%.
- * No final de novembro a dívida direta do Estado atingiu o montante de 237489 milhões de euros, o que corresponde a uma diminuição de 1190 milhões de euros relativamente ao mês anterior (equivalente a 0,5%).

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados³ apontam para um decréscimo homólogo das exportações de mercadorias de 0,8% nos primeiros dez meses de 2016. Neste mesmo período, as importações decresceram 0,6%, o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 0,1%, correspondendo a 11 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 82,9%, menos 0,1 p.p. que em igual período de 2015.
- * Nos primeiros dez meses de 2016, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos (1,3%), contrasta com o decréscimo das exportações totais. As importações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, registaram uma variação homóloga positiva superior ao crescimento das respetivas exportações (3,8%), o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 23%.
- * No último ano a terminar em outubro de 2016, as exportações de mercadorias diminuíram 0,3% em termos homólogos, embora a dinâmica da maioria dos grupos contrarie este comportamento. Destaca-se o contributo positivo dos grupos “Máquinas e aparelhos e suas partes” (+0,7 p.p.), dos “Têxteis, vestuário e seus acessórios” e dos “Químicos” (ambos com +0,5 p.p.). Nos primeiros dez meses de 2016, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos “Máquinas e aparelhos e suas partes” (+0,7 p.p.), seguido do contributo dos “Têxteis, vestuário e seus acessórios” (0,5 p.p.) e dos “Produtos acabados diversos” (+0,4 p.p.).
- * De janeiro a outubro de 2016, as exportações para o mercado comunitário cresceram 3,6% em termos homólogos, com um contributo positivo de 2,6 p.p., situação que contrasta com o decréscimo das exportações totais de mercadorias. Em contraste com o decréscimo das exportações totais, as exportações para os países da UE-15 (3,4%) e os países do Alargamento (8,1%) registaram comportamentos positivos e apresentaram contributos positivos de 2,3 p.p. e 0,3 p.p., respetivamente. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (26,4% do total de janeiro a outubro de 2016), registaram um crescimento homólogo de 4,8% e o maior contributo Intra UE-15 (+1,2 p.p.), seguidas das exportações para a França e o Reino Unido (contributos de +0,6 p.p. e +0,4 p.p. respetivamente), em oposição ao decréscimo das exportações totais.
- * Nos primeiros dez meses de 2016, as exportações para os Países Terceiros registaram uma taxa de variação homóloga negativa (-12,4%), passando a representar 24,1% do total das exportações nacionais (-3,2 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a Turquia (+20,1%) e a Suíça (+15,3%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de setembro de 2016, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 0,4% nos primeiros nove meses de 2016. A componente de Serviços registou uma melhor performance relativamente à dos Bens (2,3% e -0,6%, respetivamente), contribuindo positivamente (0,8 p.p.) para o crescimento do total das exportações.

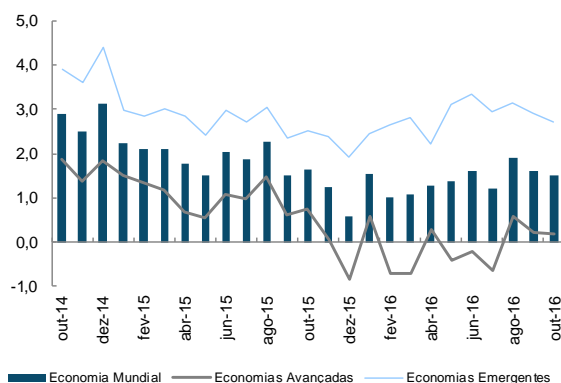
³ Resultados mensais preliminares de janeiro a outubro de 2016.

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

Em outubro de 2016, a produção industrial mundial desacelerou ligeiramente para 1,5% em termos homólogos (1,6% no mês precedente) devido ao agravamento deste indicador para os países emergentes e em desenvolvimento, nomeadamente dos países asiáticos.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



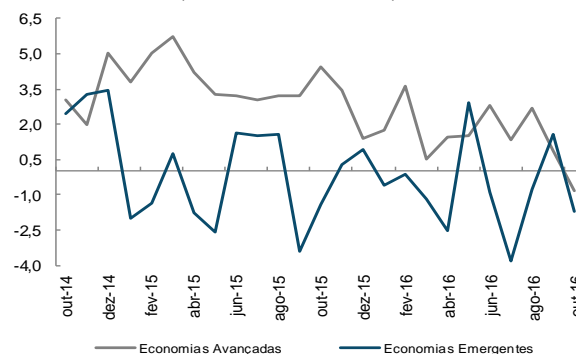
Fonte: CPB.

Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também abrandou devido à deterioração das trocas comerciais tanto das economias avançadas como dos países emergentes.

De facto, em outubro de 2016 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial diminuiu 0,7% (+0,9% em setembro);
- as importações e exportações mundiais apresentaram uma quebra de 1,2% e 0,2%, respetivamente (+1,2% e +0,7%, respetivamente, em setembro).

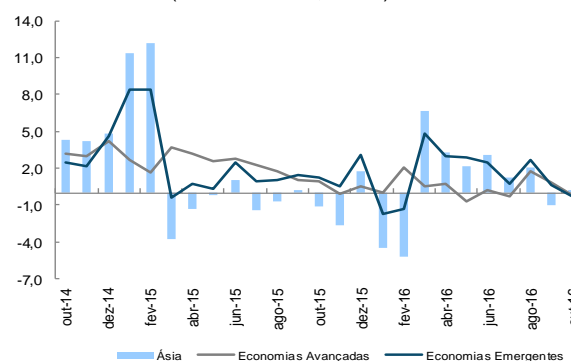
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

Com efeito, no início do 4.º trimestre de 2016, assistiu-se globalmente a um enfraquecimento das trocas comerciais mundiais. Porém, esta deterioração foi mais acentuada para as importações, nomeadamente para os países emergentes e em desenvolvimento, cujo recuo foi de 1,7% (+1,6% em setembro). Já relativamente às exportações de mercadorias, é de destacar uma evolução ligeiramente mais desfavorável para as economias avançadas, embora ambas as regiões tivessem apresentado uma variação negativa.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

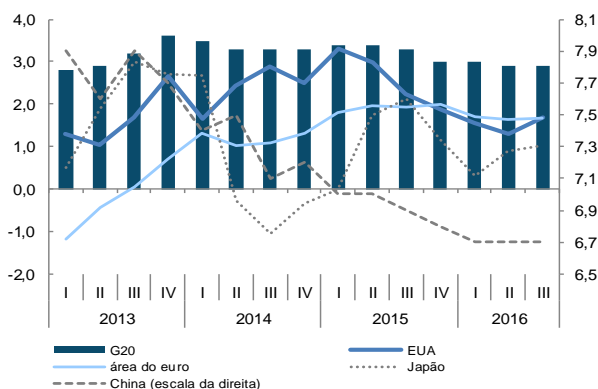
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2016			
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	1,7	1,9	1,2	1,2	1,4	1,6	1,2	1,9	1,6	1,5
Economias Avançadas	VH	CPB	0,8	1,0	0,0	-0,3	-0,1	0,1	-0,6	0,6	0,2	0,2
Economias Emergentes	VH	CPB	2,7	2,7	2,3	2,6	2,9	3,0	2,9	3,1	2,9	2,7
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	2,0	1,6	1,3	0,8	1,2	0,8	-0,3	1,7	0,9	-0,7
Importações Mundiais	VH	CPB	1,9	1,8	1,8	0,9	1,1	0,6	-0,8	1,3	1,2	-1,2
Economias Avançadas	VH	CPB	3,7	3,1	3,1	2,0	1,9	1,6	1,4	2,7	0,9	-0,8
Economias Emergentes	VH	CPB	-0,5	-0,1	-0,1	-0,6	-0,2	-1,0	-3,8	-0,8	1,6	-1,7
Exportações Mundiais	VH	CPB	2,1	1,4	0,9	0,7	1,3	1,0	0,2	2,2	0,7	-0,2
Economias Avançadas	VH	CPB	1,9	1,6	0,4	0,9	0,1	0,8	-0,3	1,8	0,8	-0,2
Economias Emergentes	VH	CPB	2,3	1,1	1,6	0,5	2,8	1,3	0,7	2,7	0,6	-0,3

Atividade Económica Extra-UE

No 3.º trimestre de 2016, o PIB do **G20** teve um crescimento de 2,9% em termos homólogos reais (igual ao período precedente). De entre as principais economias avançadas, registou-se uma melhoria dos EUA e do Japão; já que a economia europeia estabilizou. De entre os países emergentes, o PIB da China e da Índia manteve-se em 6,7% e em 7,2%, respetivamente; enquanto o do Brasil foi menos negativo (-2,9%, comparado com -3,6% no 2.º trimestre).

Figura 1.4. PIB do G20, em volume
(VH, em %)



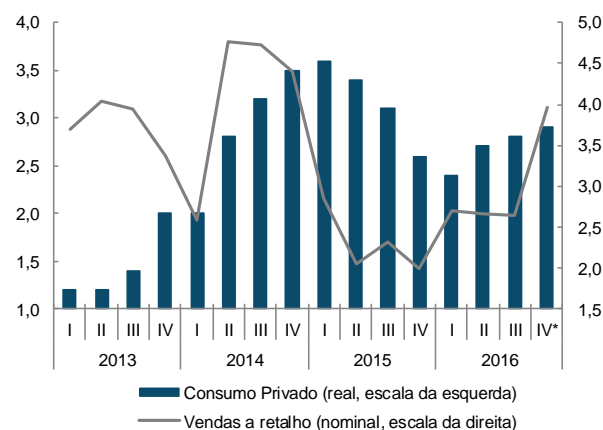
Fonte: OCDE.

Os indicadores disponíveis para o 4.º trimestre de 2016 para os **EUA** indicam a continuação de uma melhoria da atividade económica e do mercado de trabalho. No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2016 e, em termos homólogos nominais:

- a produção industrial acelerou para -0,7% (-1,0% no 3.º trimestre) atenuando a deterioração dos últimos meses, acompanhado por uma subida dos indicadores de confiança;
- as vendas a retalho aumentaram para 4,0% (2,6% no 3.º trimestre) em linha com um forte crescimento do consumo privado (2,9% em termos reais);
- a taxa de desemprego diminuiu para 4,8% e a taxa de inflação homóloga aumentou, em média, para 1,7% (1,1% no 3.º trimestre).

Contudo, as exportações de bens recuaram em outubro de 2016, tendo registado um crescimento nulo em termos homólogos nominais (+1,1%, no mês precedente).

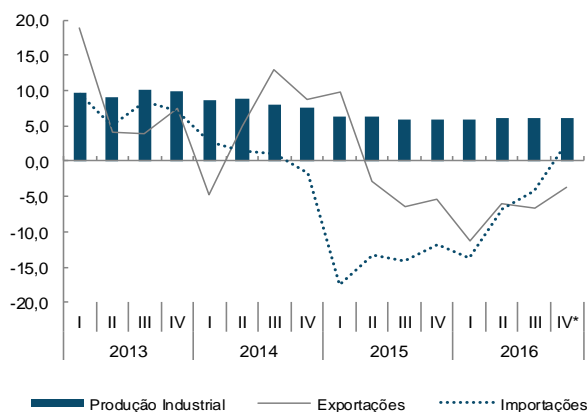
Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis. Census Bureau. * média dos meses de outubro e novembro.

Os indicadores disponíveis para a **China** sugerem uma ligeira melhoria da atividade económica para o 4.º trimestre de 2016. De facto, no conjunto dos meses de outubro e novembro e, em termos homólogos, a produção industrial aumentou para 6,2% (6,1% no 3.º trimestre) e, as trocas comerciais de bens melhoraram, com destaque para uma recuperação das importações (+ 2,7% em termos homólogos nominais), invertendo a quebra registada desde finais de 2014).

Figura 1.6. Produção Industrial e Comércio Externo de Bens da China
(VH nominal, em %)



Fontes: Instituto de Estatística da China; OMC. * média dos meses de outubro e novembro.

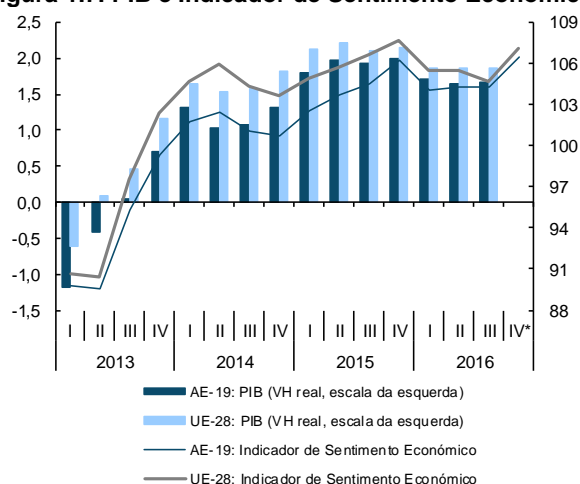
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2016				
				3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov	
EUA – PIB real	VH	BEA	2,6	2,2	1,9	1,6	1,3	1,7	-	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	0,3	0,1	-1,6	-1,6	-1,1	-1,0	-1,0	-1,1	-0,8	-0,6	-
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	51,3	51,0	48,6	49,8	51,8	51,2	49,4	51,5	51,9	53,2	-
Índice ISM dos Serviços	%	"	60,9	63,0	60,2	57,2	57,8	57,1	51,8	60,3	57,7	61,7	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	92,9	90,7	91,3	91,6	92,4	90,3	89,8	91,2	87,2	93,8	-
Taxa de Desemprego	%	BLS	5,3	5,2	5,0	4,9	4,9	4,9	4,9	5,0	4,9	4,6	-
China – PIB real	VH	NBSC	6,9	6,9	6,8	6,7	6,7	6,7	-	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	-2,9	-6,4	-5,3	-11,3	-6,0	-6,7	-3,6	-10,2	-7,5	0,1	-
Japão – PIB real	VH	COGJ	1,2	2,1	1,2	0,3	0,9	1,0	-	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2016, o indicador de sentimento económico subiu tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE), resultando da melhoria de todos os indicadores de confiança. De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, de novembro de 2016, o PIB trimestral em cadeia da AE aumentou, pelo 6.º mês consecutivo (+0,3%, no 3.º trimestre).

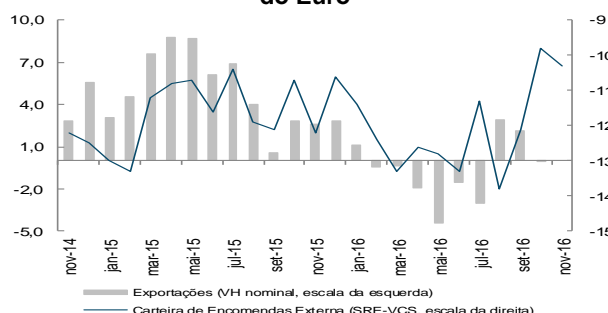
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * média de outubro e novembro.

Os indicadores quantitativos para a área do euro em outubro de 2016, indicam um abrandamento da produção industrial e das exportações de bens; enquanto as vendas a retalho apresentaram um crescimento mais forte.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas externas da Área do Euro

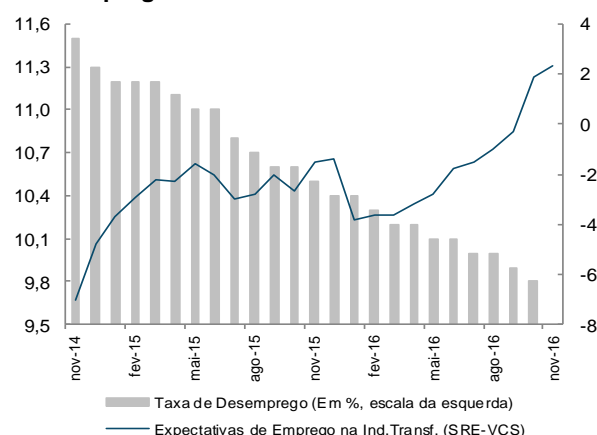


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em outubro de 2016, a taxa de desemprego diminuiu tanto para a União Europeia como para a área do euro, para se situar em 8,3% e 9,8%, respetivamente (os valores mais baixos registados desde março e agosto de 2009).

Em novembro de 2016, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para os setores da indústria transformadora, serviços e construção; enquanto pioraram para o comércio a retalho.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em novembro de 2016, a taxa de inflação da área do euro subiu para 0,6% em termos homólogos (o valor mais elevado desde maio de 2014) e para 0,2% em termos de variação dos últimos 12 meses (0,1% em outubro). A evolução ascendente da taxa de inflação homóloga deveu-se à forte aceleração dos preços de bens alimentares não transformados; já que os preços de energia apresentaram uma quebra mais acentuada.

Na área do euro, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis aceleraram para 1,4% em termos homólogos nominais no 3.º trimestre de 2016 (1,0% no 2.º trimestre).

O emprego total da economia abrandou para 1,2% em termos homólogos na AE no 3.º trimestre de 2016 (1,3% no trimestre precedente) acompanhado de uma melhoria de produtividade, para +0,5% em termos homólogos (+0,4%, no 2.º trimestre).

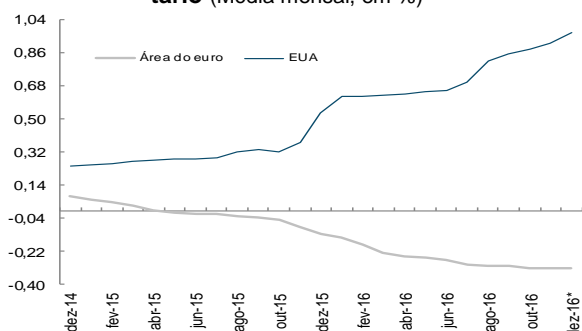
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2016			
				3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	2,2	2,1	2,1	1,9	1,9	1,9	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	106,2	106,7	107,7	105,5	105,5	104,7	103,8	105,5	106,9	107,3
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	2,0	1,9	2,0	1,7	1,7	1,7	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	104,2	104,5	106,2	104,0	104,3	104,3	103,5	104,9	106,4	106,5
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	2,0	2,4	2,0	1,4	1,1	1,2	2,5	1,4	0,6	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	2,7	3,3	2,4	2,2	1,7	1,5	1,3	1,2	2,5	:
Taxa de Desemprego	%	"	10,9	10,7	10,5	10,3	10,1	10,0	10,0	9,9	9,8	:
IHPC	VH	"	0,0	0,1	0,2	0,0	-0,1	0,3	0,2	0,4	0,5	0,6

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em dezembro de 2016, as taxas de juro de curto prazo prosseguiram o seu movimento descendente para a área do euro, situando-se, em -0,31%, em média, até ao dia 21. Pelo contrário, nos EUA, as taxas de juro a 3 meses acentuaram o movimento de subida para quase 1%, em linha com a decisão da Reserva Federal, a 14 de dezembro, de aumentar as taxas de juro federais em 25 p.b., para o intervalo entre 0,50% e 0,75%.

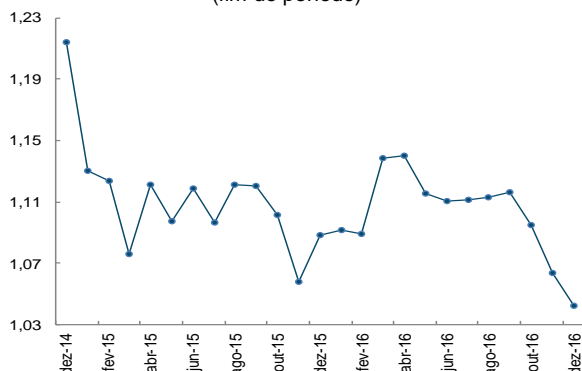
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 21.

Em novembro de 2016, as taxas de juro de longo prazo subiram tanto para os EUA como para a área do euro, influenciado sobretudo pelos desenvolvimentos no mercado norte-americano. E, ainda, os receios quanto à situação política na Europa levaram ao alargamento dos *spreads* intra-euro, tendo sido particularmente expressivo em Portugal, Itália e Espanha.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

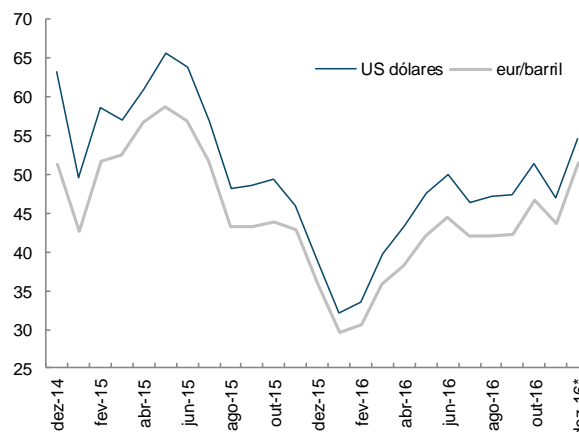


Fonte: Banco de Portugal. Para dezembro, o valor é do dia 21.

Em dezembro de 2016, o euro depreciou-se de forma significativa face ao dólar, resultando em grande medida da subida das taxas de juro dos *fed funds* pela Reserva Federal dos EUA, em meados do mês e, da persistência de fatores impeditivos de um crescimento mais substancial da área do euro. Assim, no dia 21, o euro situava-se em 1,04 dólares (aproximando-se do valor mais baixo dos últimos 14 anos), representado uma depreciação de 4,3% face ao final de 2015 (1,09).

Em novembro de 2016, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado desceu para 37,8 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em dezembro de 2016, e até dia 21, o preço do petróleo *Brent* recuperou para se situar, em média, em 55 USD/bbl (52 €/bbl), refletindo o acordo estabelecido na reunião da OPEP, a 30 de novembro (o primeiro dos últimos 8 anos), de redução da produção em 1,2 milhões de barris diários, para 32,5 milhões de barris/dia, a partir de janeiro de 2017.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média até ao dia 21.

No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2016, o preço das matérias-primas não energéticas acelerou, tendo registado um aumento de 7,9% em termos homólogos (1,4% no 3.º trimestre) tendência que se estendeu à generalidade dos produtos, com destaque para os metais e os *inputs* industriais.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2016			
				3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	-0,13	-0,04	-0,13	-0,24	-0,28	-0,30	-0,30	-0,30	-0,31	-0,31
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,13	2,21	2,18	1,91	1,75	1,56	1,56	1,63	1,76	2,14
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	1,30	1,47	1,18	1,03	0,94	0,66	0,61	0,74	0,78	1,23
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,089	1,120	1,089	1,139	1,110	1,116	1,113	1,116	1,095	1,064
Dow Jones*	VC	Yahoo	-2,2	-7,6	7,0	1,5	1,4	2,1	-0,2	-0,5	-0,9	5,4
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	3,8	-9,5	5,4	-8,0	-4,7	4,8	1,1	-0,7	1,8	-0,1
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	53,63	51,22	44,78	35,14	46,96	46,97	47,13	47,30	51,39	47,05
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-46,1	-50,5	-41,9	-36,2	-26,0	-8,3	-2,3	-2,7	4,2	2,2
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-35,5	-41,0	-33,7	-34,8	-27,6	-8,7	-3,0	-2,6	6,1	1,6
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	43,4	41,8	36,8	25,3	35,4	36,3	36,1	36,6	39,7	37,8

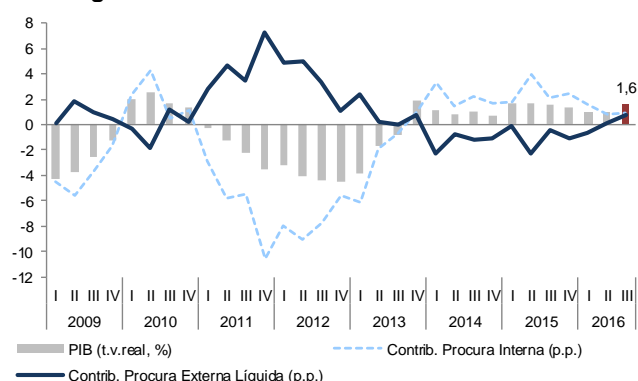
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

De acordo com os dados publicados pelo INE referentes a novembro de 2016, o indicador de clima económico registou uma ligeira deterioração face aos meses de outubro e setembro (1,2 comparado com 1,3 e 1,4, respetivamente).

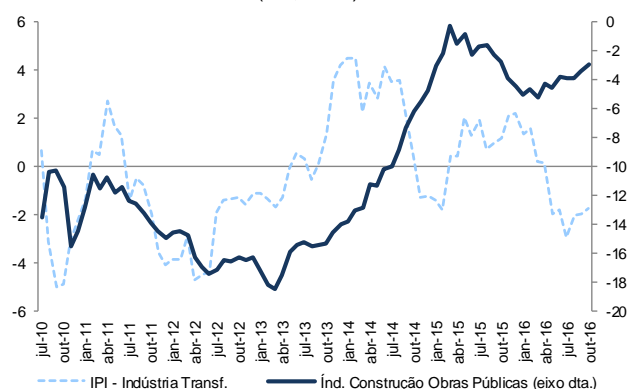
Figura 2.1. Indicador de Clima Económico



Fonte: INE.

No trimestre terminado em outubro de 2016, o indicador de atividade económica do INE registou uma desaceleração (variação homóloga de 0,9%, que compara com 1,3% em setembro de 2016).

Figura 2.2. Índices de Produção (VH, MM3)



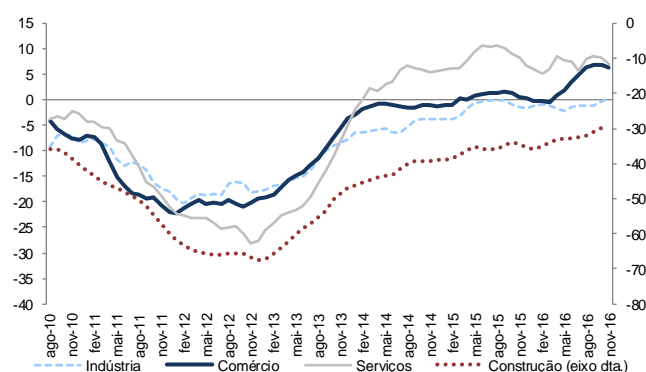
Fonte: INE

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado no mês de outubro, mostram que, em termos homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção registou uma quebra de 1,7%, contrariamente ao índice de volume de negócios que registou uma evolução positiva de 0,2% (-1,9% e -0,9% no 3.º trimestre de 2016, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra de 3,0%, quando no último trimestre apresentava uma variação homóloga de -3,5%;
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma variação positiva de 3,0% (+1,9 p.p. face ao 3.º trimestre do ano);
- o índice de volume de negócios no comércio a retalho aumentou 3,2%, valor inferior em 0,1 p.p. quando comparado com o trimestre terminado em setembro.

No trimestre terminado em novembro, assistiu-se a uma melhoria dos indicadores de confiança relativos à indústria e construção, em contraste com os indicadores de comércio e serviços que registaram uma evolução negativa.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE

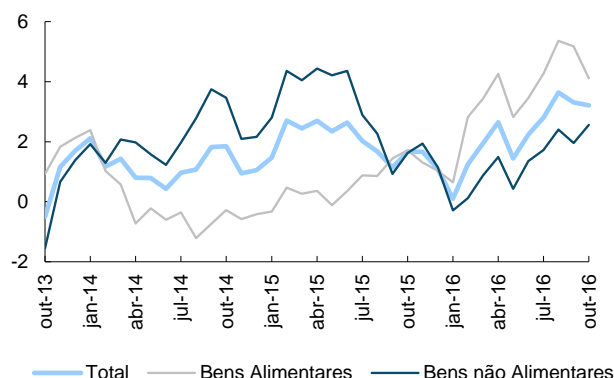
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2016				
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ag	set	out	nov
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	16	16	14	0,9	0,9	16	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	10	14	0,7	10	12	14	12	13	14	13	12
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-14	-0,1	-1,8	-1,1	-1,5	-1,1	-1,1	-1,3	-0,8	0,8	1,3
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	0,8	1,5	0,4	-0,5	3,4	6,9	6,9	7,5	6,4	6,5	6,3
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	8,4	10,0	6,8	5,9	7,6	8,5	7,6	9,7	8,1	7,1	5,6
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-35,8	-34,6	-35,4	-33,9	-32,8	-30,9	-32,1	-31,0	-29,6	-29,2	-29,7
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	12	0,9	2,2	0,2	-1,8	-1,9	-3,5	-1,5	-0,7	-3,0	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	0,1	0,1	-1,5	-3,1	-3,0	-0,9	-5,6	4,6	-0,1	-2,9	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-2,6	-1,7	-4,5	-1,3	-1,1	1,2	-0,4	2,2	1,8	5,2	:

Consumo Privado

No trimestre terminado em outubro, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu, em média, 3,2%, desacelerando ligeiramente face ao valor do terceiro trimestre (3,3%). A componente alimentar (4,1%) foi a principal responsável por esta desaceleração, desacelerando 1,1 p.p. no mesmo período. Já a componente não alimentar (2,6%) acelerou 0,6 p.p..

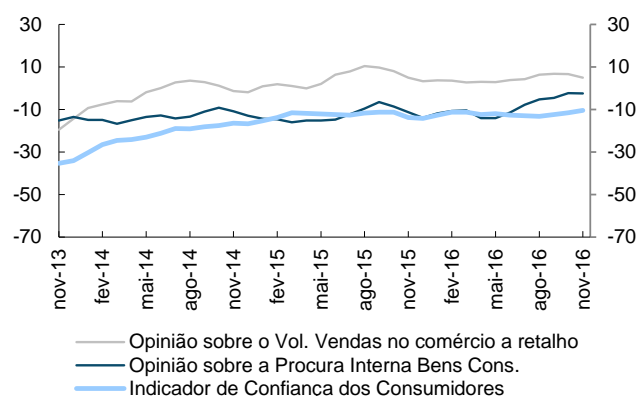
Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3,VH)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em novembro, e quando comparado com o terceiro trimestre do ano, o índice de confiança dos consumidores e o indicador qualitativo dos consumidores relativo à aquisição de bens duradouros apresentaram uma melhoria. Já no caso dos indicadores qualitativos de opinião dos empresários, a evolução foi mista, com o indicador de opinião dos empresários relativo à procura interna de bens de consumo a melhorar, o que contrasta com a deterioração do indicador de opinião relativo ao volume de vendas no comércio a retalho.

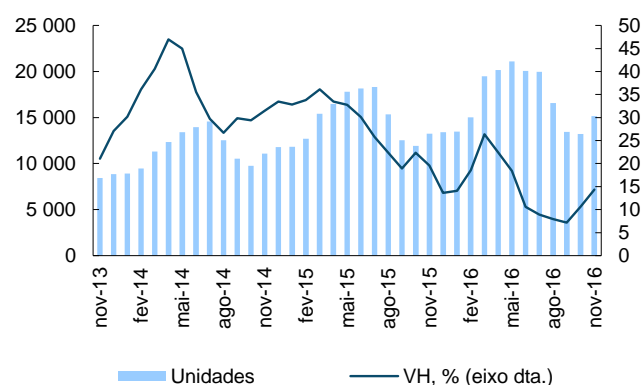
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em novembro de 2016 foram vendidos 16 525 veículos ligeiros de passageiros. Este valor traduz um aumento de 1 589 unidades face a outubro e um aumento homólogo de 23,5% (+14,7 p.p. face a outubro).

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros (MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2016				
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out	nov
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,6	2,1	1,9	2,5	1,6	1,9	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	-12,3	-11,2	-14,1	-11,3	-12,6	-12,4	-13,1	-12,7	-11,3	-10,7	-9,3
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	5,1	9,7	3,3	2,7	3,9	6,8	6,3	9,7	4,4	5,9	4,7
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	1,8	1,1	1,1	1,9	2,2	3,3	4,0	3,0	2,9	3,7	:
Bens Alimentares	VH	"	0,8	1,4	1,0	3,4	3,5	5,2	7,0	3,7	4,8	3,8	:
Bens não alimentares	VH	"	2,6	0,9	1,1	0,9	1,4	2,0	1,8	2,6	1,5	3,6	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	25,0	18,9	13,6	26,4	10,6	7,2	0,6	13,5	10,6	8,9	23,5
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	7,4	7,4	4,5	4,6	5,4	6,1	0,1	12,8	6,1	1,3	:

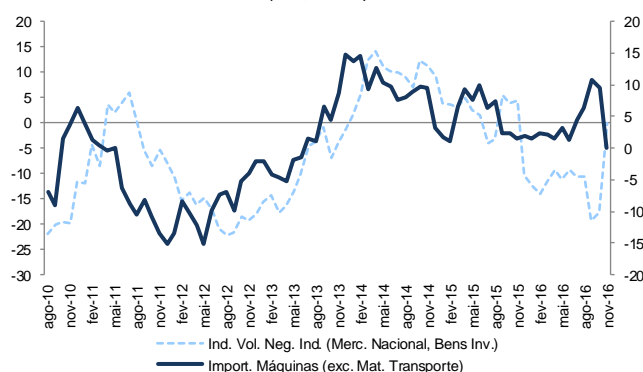
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento relativos ao trimestre terminado em novembro, mostram que, em termos médios homólogos:

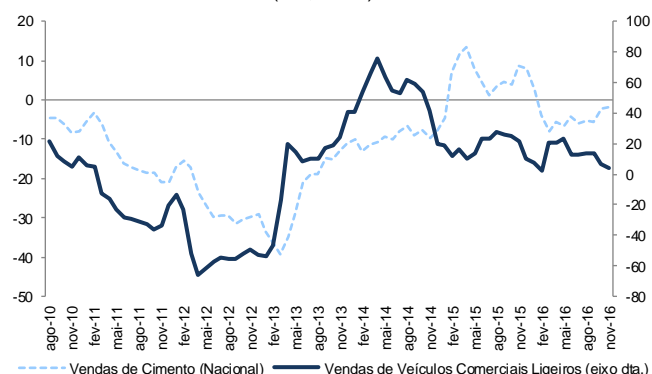
- as vendas de veículos comerciais ligeiros cresceram 3,6% (-3.0 p.p. face ao trimestre terminado em outubro), acompanhadas pela variação de 8,5% na venda de veículos comerciais pesados (desaceleração de 11,7 p.p. face ao trimestre terminado em outubro);
- as vendas de cimento registaram uma variação de -2,0% (+0,4 p.p. quando comparado com os três meses precedentes);
- o indicador de máquinas e equipamentos do INE registou um crescimento homólogo de 0,1%, o que representa uma diminuição de 0,3 p.p. face ao registado no trimestre terminado em outubro.

Figura 2.7. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE

Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Outros dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em outubro, mostram que, em termos homólogos:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional registou uma redução de 17,7% (-19,4% no 3.º trimestre de 2016);
- a importação de máquinas e outros de bens de capital exceto material de transporte cresceram 9,6%, em termos nominais (10,9% no trimestre terminado em setembro);
- as licenças de construção de fogos aumentaram 33,8% (36,8% no trimestre anterior).

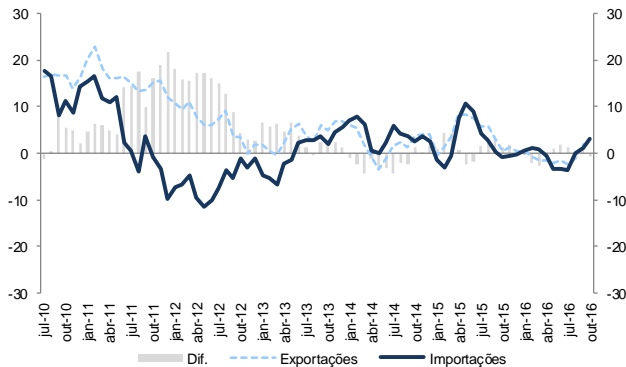
Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2016				
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ag	set	out	nov
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	4,6	3,0	5,9	-2,1	-2,3	-2,5	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	"	4,5	2,1	1,5	-2,6	-2,3	-0,9	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	5,2	4,7	4,1	0,0	-0,5	-1,2	-10	-12	-12	-1,5	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	6,9	4,4	8,0	-7,8	-4,4	-5,6	-12,6	0,0	-3,0	-3,8	0,9
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	17,9	25,5	10,0	20,6	12,4	13,5	10,4	13,5	16,7	-7,7	2,8
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	27,6	35,6	9,8	36,9	23,3	5,2	-3,0	-10,5	21,7	36,2	-29,3
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-1,9	-7,2	-6,4	-10,3	-10,0	-1,5	0,8	2,4	-7,8	-16,2	-1,5
Licenças de Construção de fogos	VH	"	21,1	17,2	24,9	21,8	59,6	36,8	13,5	43,5	55,7	8,8	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	5,0	2,4	1,9	2,2	12	10,9	6,3	17,5	10,3	3,0	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-0,5	5,3	-10,3	-11,7	-9,2	-19,4	-14,9	-7,8	-29,4	-9,5	:

Contas Externas

Em termos homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o mês de outubro, apontam para uma redução de 1,7% das importações e uma diminuição das exportações de 3,5% (1,1% e 1,8% no 3.º trimestre, respetivamente).

Figura 2.9. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



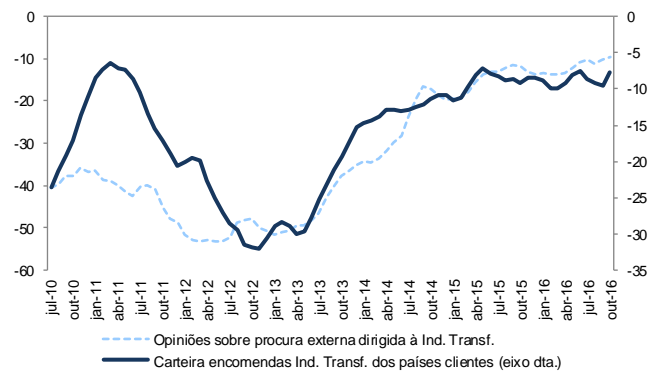
Fonte: INE.

Desagregando por componentes, para o trimestre terminado em outubro, em termos homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações diminuiu 2,3%, uma aceleração de 6,3 p.p. face ao registado no 3.º trimestre. As exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 4,2%, valor inferior aos 5,9% registados no 3.º trimestre do ano;
- as importações de bens, no mercado intracomunitário registaram um crescimento de 3,7% enquanto, no mercado extracomunitário o aumento foi de 0,9% (2,7% e -3,6% no trimestre terminado em setembro, respetivamente). Estes resultados permitem que a taxa de cobertura do comércio internacional de bens, em termos acumulados, se mantenha em torno dos 83% desde igual período de 2015.

No trimestre terminado em novembro, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram mais favoráveis quando comparadas com o trimestre terminado em outubro.

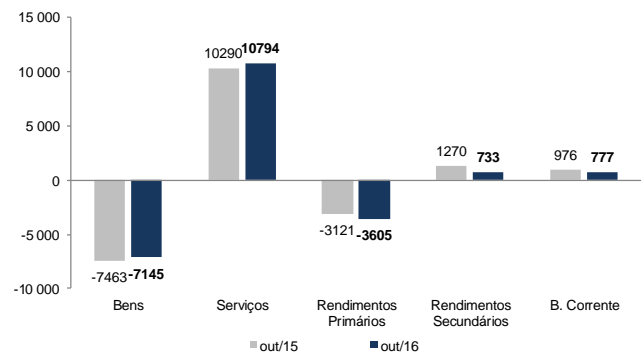
Figura 2.10. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Em outubro de 2016, o excedente acumulado da balança corrente foi de 777 milhões de euros, o que representa uma redução de 199 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma redução dos saldos da balança de rendimentos primários e da balança de rendimentos secundários de 484 milhões de euros e 537 milhões de euros face a igual período de 2015.

Figura 2.11. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP. Séries ajustadas de sazonalidade.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 2027 milhões de euros (um saldo inferior ao excedente de 2652 milhões de euros registado no mesmo período de 2015).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

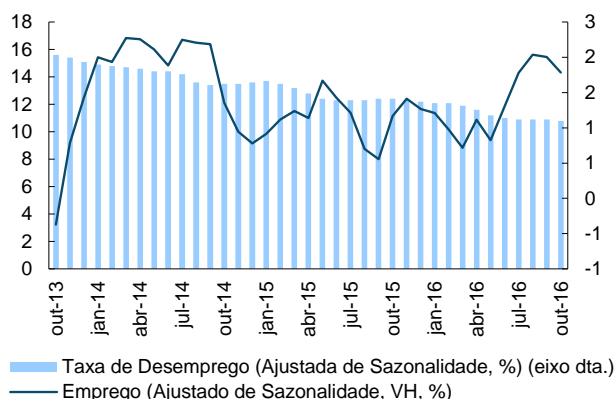
Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2016				
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	out
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	6,1	5,6	3,7	3,4	1,8	5,4	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	8,2	6,4	6,0	4,7	1,4	3,6	:	:	:	:	:
Saldo de Bens e Serviços	% PIB	"	0,7	-0,2	3,6	0,0	-0,7	:	:	:	:	:	:
Capacidade de financiamento da economia	% PIB	"	1,1	-1,9	4,4	2,1	-0,5	:	:	:	:	:	:
Saídas de Bens	VH nom	"	3,7	3,2	0,3	-1,5	-1,5	1,8	-1,8	-4,7	5,0	6,7	-3,5
Entradas de Bens	VH nom	"	2,2	0,3	-0,2	1,0	-3,4	1,1	-0,6	-6,8	10,1	2,2	-1,7

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2015	2016	Dif.
				3T	4T	1T	2T	3T	jan-out	jan-out	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	3 330	395	956	942	467	166	2652	2027	-625
Saldo Balança de Bens	"	"	-8 984	-2622	-2156	-2192	-2196	-2174	-7463	-7145	318
Saldo Balança de Serviços	"	"	12 385	3075	3124	3093	3086	3111	10290	10794	503
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-3 890	-912	-802	-1123	-931	-1413	-3121	-3605	-484
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	1583	251	373	410	229	313	1270	733	-537

Mercado de Trabalho

As estimativas do Instituto Nacional de Estatística apontam para que a taxa de desemprego, no trimestre centrado em outubro, se situasse nos 10,8%, uma redução de 0,1 p.p. face ao valor definitivo publicado para setembro e uma redução 1,6 p.p. em termos homólogos. Para esta evolução concorreu tanto uma redução homóloga da população desempregada em 12,7%, como um aumento de 1,8% no emprego (-12,1% e 2%, respetivamente, nos valores para setembro), o que levou a uma variação nula da população ativa (0,2% em setembro).

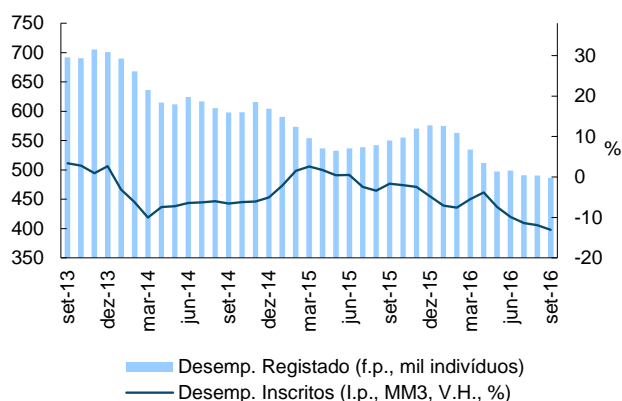
Figura 2.12. Taxa de Desemprego e Emprego



Fonte: INE.

No final de novembro, encontravam-se registados, nos centros de emprego, cerca de 486 mil desempregados, uma redução de 11,6% face ao valor registado em novembro do ano transato. Já o desemprego inscrito ao longo do mês ascendeu aos cerca de 58 mil pedidos, traduzindo uma descida de 10% quando comparado com igual período de 2015.

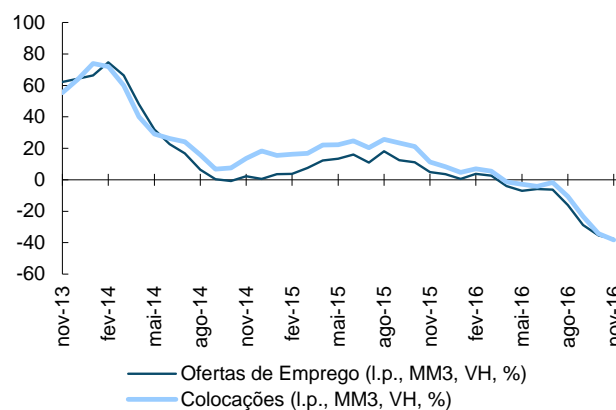
Figura 2.13. Desemprego



Fonte: IEFP.

Em igual período, o número de colocações ascendeu às 5 818, o que traduz uma redução homóloga de 39,1%, enquanto as ofertas caíram para as 8 324 (-37,1% em termos homólogos). Assim, o rácio entre ofertas e colocações foi, no mês de novembro, de 69,9%, mais 1,5 p.p. do que no mês precedente.

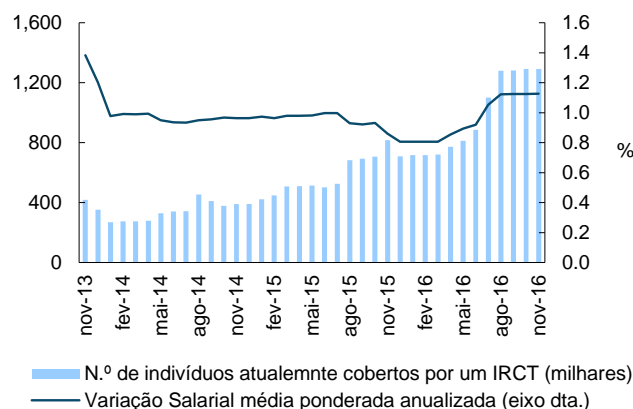
Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Estima-se que no final de novembro cerca de 1,293 milhões de trabalhadores estivessem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, uma estabilização face a outubro, mas um aumento de 58,3% face a novembro de 2015. Já o aumento das remunerações médias implícitas destes trabalhadores permaneceu inalterado nos 1,1%, em termos nominais.

Figura 2.15. Contratação Coletiva



Fonte: MSESS, estimativas GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

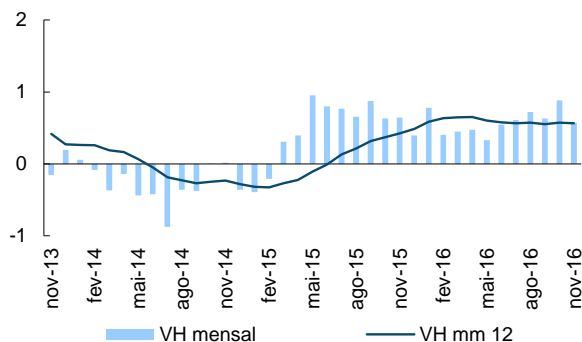
Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015			2016			2016				
				3T	4T	1T	2T	3T		jul	ago	set	out	nov
Taxa de Desemprego*	%	INE	12,4	11,9	12,2	12,4	10,8	10,5		10,9	10,9	10,9	10,8	:
Emprego Total*	VH	"	1,1	0,2	1,6	0,8	0,5	1,9		1,8	2,0	2,0	1,8	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-7,3	-12,6	-7,3	-2,6	-4,7	-8,8		-6,6	-7,0	-8,8	-9,5	-11,6
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-1,3	-2,4	-2,0	-7,1	-3,8	-11,4		-16,6	-4,9	-12,0	-17,0	-10,0
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	10,1	12,6	3,6	2,6	-6,0	-28,7		-22,2	-29,0	-34,4	-41,6	-37,1
Contratação Coletiva	VH	MSESS	0,8	0,9	0,8	0,8	0,9	1,1		1,1	1,1	1,1	1,1	1,1
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	1,6	-1,0	1,9	0,2	2,2	:		-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	1,6	1,3	1,5	1,6	0,9	:		-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Trabalho. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

O índice de Preços no Consumidor (IPC) registou, em novembro de 2016, uma variação homóloga de 0,6%, 0,3 p.p. abaixo do registado em outubro. Em termos de médias móveis de 12 meses, a variação foi igualmente de 0,6%, valor idêntico ao do mês precedente.

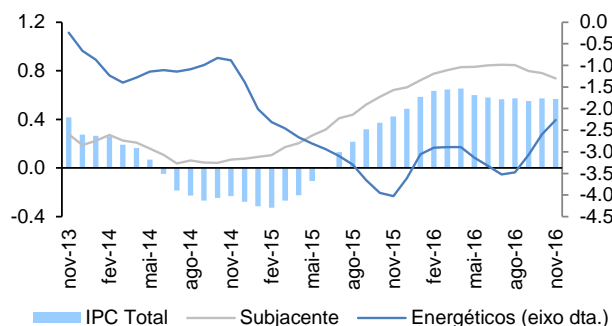
Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)



Fonte: INE.

Em igual período, o IPC subjacente, isto é, o IPC excluindo produtos energéticos e alimentares não processados, cresceu 0,4%, o que traduz uma desaceleração de 0,3 p.p. face ao mês anterior e situa-se 0,2 p.p. abaixo do IPC global. Esta evolução reflete uma desaceleração de 0,4 p.p. tanto dos bens energéticos como dos bens alimentares não processados.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



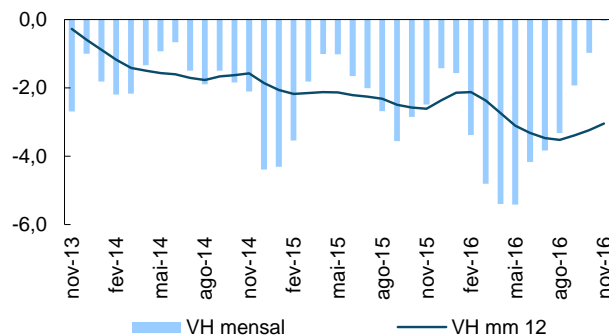
Fonte: INE.

Ao nível das classes do IPC, as que registaram a maior quebra foram, à semelhança do mês anterior, o Vestuário e a Saúde (-1,4% e -0,6%, respetivamente). Em sentido contrário, a Comunicação e as Bebidas Alcoólicas e Tabaco foram as que mais aumentaram (4,1% e 2%, respetivamente), sendo que a Comunicação foi também a categoria que mais acelerou face ao mês precedente (1 p.p.).

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) nacional, em novembro, foi de 0,5%, 0,1 p.p. abaixo do IPC nacional e 0,6 p.p. abaixo do valor de outubro. Por seu turno, a variação homóloga do IHPC na área do euro foi de 0,6% (+0,1 p.p. do que em outubro), levando a que o diferencial do IHPC de Portugal e do IHPC médio da área do euro diminuísse 0,7 p.p., fixando-se agora nos -0,1 p.p..

Já o Índice de preços na Produção Industrial apresentou uma variação homóloga nula em novembro, acelerando 1 p.p. face a outubro.

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Esta aceleração foi determinada essencialmente pela componente energética (+1,6%), que aumentou pela primeira vez desde junho de 2014, tendo sido também o agrupamento industrial com o maior crescimento. Excluindo a componente energética, o IPPI teria registado uma quebra de 0,4%.

Já ao nível das secções, apenas as indústrias de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio e as indústrias de captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição registaram variações positivas (2,8% e 1,6%, respetivamente).

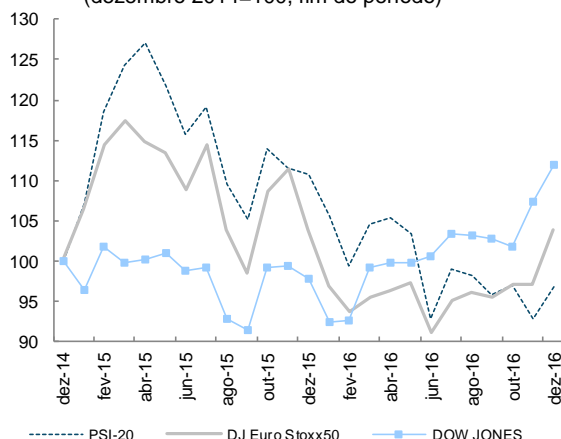
Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2016									
				mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	1,9	0,4	0,3	0,1	-0,7	-0,2	0,7	0,3	-0,5	
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	0,5	0,4	0,5	0,3	0,5	0,6	0,7	0,6	0,9	0,6	
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	0,6	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	
IPC - Bens	VH	"	-0,1	-0,4	-0,2	-0,6	-0,1	0,1	0,3	0,1	0,1	0,1	
IPC - Serviços	"	"	1,3	1,7	1,5	1,8	1,5	1,3	1,3	1,4	1,9	1,3	
IPC Subjacente*	"	"	0,7	1,0	0,8	0,8	0,7	0,8	0,6	0,5	0,7	0,4	
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	-2,4	-4,8	-5,4	-5,4	-4,2	-3,8	-3,3	-1,9	-1,0	0,0	
IHPC	"	"	0,5	0,5	0,5	0,4	0,7	0,7	0,8	0,7	1,1	0,5	
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	0,5	0,5	0,7	0,5	0,6	0,5	0,6	0,3	0,6	-0,1	

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em finais de 2016, os índices bolsistas internacionais registaram uma evolução muito favorável, influenciada, em parte, pela perspectiva de um crescimento mais forte da economia dos EUA. Com efeito, para este país, espera-se um contributo positivo por parte da política orçamental, do investimento em infraestruturas e de uma legislação mais flexível para o setor bancário. Assim, em dezembro de 2016 e, no dia 21, face ao final do ano de 2015, o índice *Dow Jones* apreciou-se cerca de 14% (invertendo a quebra registada em 2015).

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(dezembro 2014=100, fim do período)

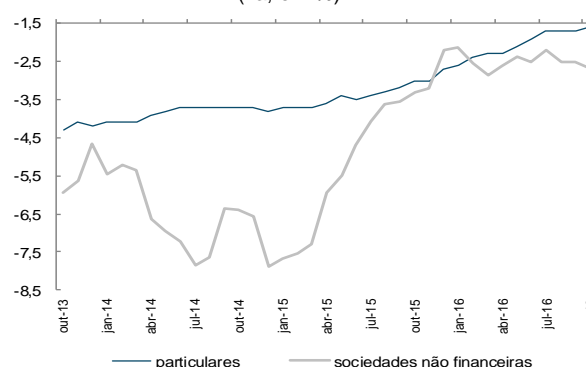


Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para dezembro, o valor é do dia 21.

À semelhança do comportamento dos índices bolsistas internacionais, o índice PSI-20 também se valorizou em finais de 2016. Contudo, este diminuiu cerca de 13% face ao final do ano de 2015, em parte, devido à continuação da fragilidade económica do país, da fraca rentabilidade do setor bancário e do elevado nível de endividamento dos setores público e privado.

Em outubro de 2016, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro foi de -2,0% em termos anuais (igual ao mês precedente). Esta estabilização resultou de uma deterioração do crédito atribuído às empresas não financeiras, o qual foi compensado por uma melhoria dos empréstimos destinados às famílias.

Figura 2.20. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

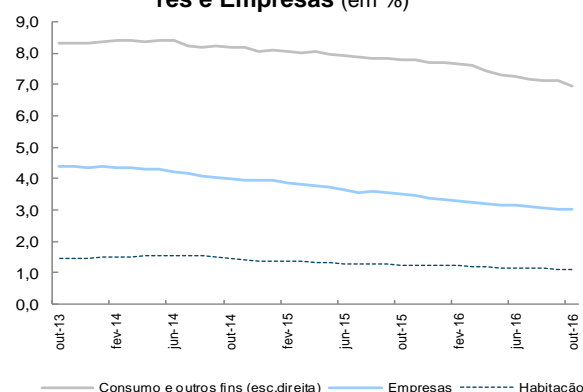


Fonte: Banco de Portugal.

De facto, a variação do crédito destinado aos particulares melhorou para -1,6% em outubro de 2016 (-1,7% em setembro) resultando do fortalecimento do crédito ao consumo; já que o destinado à habitação e para outros fins se agravaram.

Em outubro de 2016, as taxas de juro das operações do crédito diminuíram tanto para as empresas como para os particulares. Porém, esta descida foi mais acentuada para o primeiro caso, para se situar em 3,0% (-49 p.b. face ao período homólogo).

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2016									
				mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	2,5	2,9	3,1	3,1	3,1	2,9	3,0	3,3	3,3	3,7	
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	186	277	288	289	319	304	308	344	316	341	
PSI20*	VC	CMVM	10,7	5,3	0,6	-1,9	-10,2	6,6	-0,8	-2,4	12	-4,2	
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-3,3	-3,1	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0	-3,1	:	
- para consumo	va**	"	2,8	5,0	5,0	6,3	8,0	10,1	9,8	10,7	13,2	:	
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,2	-2,9	-2,6	-2,4	-2,5	-2,2	-2,5	-2,5	-2,7	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	1,25	1,20	1,18	1,16	1,15	1,14	1,13	1,12	1,12	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	3,37	3,24	3,20	3,17	3,14	3,10	3,06	3,04	3,02	:	

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

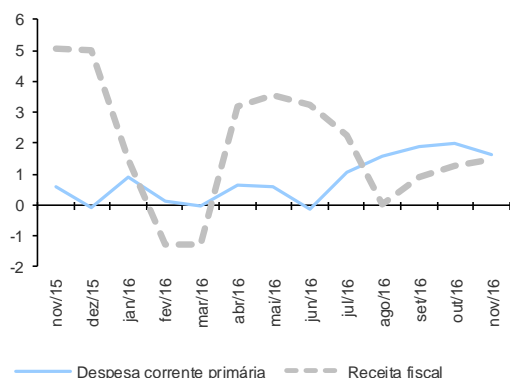
Finanças Públicas

A execução orçamental das Administrações Públicas registou, no final do mês de novembro, um saldo global negativo de 4336 milhões de euros, montante que revela uma melhoria de 394 milhões de euros relativamente ao saldo registado no mês homólogo do ano anterior¹. Este resultado assentou principalmente na receita efetiva, cujo crescimento (1,9%) superou o aumento concomitante da despesa efetiva (1,3%)². No mesmo período, o saldo primário cifrou-se em 3646 milhões de euros, valor que corresponde a uma melhoria de 713 milhões de euros face ao mês homólogo do ano anterior. O referido crescimento da receita efetiva foi marcado pelo aumento de 5,4% registado nos *Impostos Indiretos* que se repercutiu num acréscimo de 0,7% da *Receita Fiscal*. No que toca à despesa efetiva destacam-se os aumentos nas rubricas *Juros e Outros Encargos* (4,2%) e *Despesas com o Pessoal* (3,6%), bem como as reduções das *Despesas de Capital* (8,6%) e com a *Aquisição de Bens e Serviços* (1,0%).

Estado

Até final de novembro, o subsetor Estado registou um saldo global negativo de 6540 milhões de euros, valor que representa um agravamento de 439 milhões de euros relativamente ao período homólogo do ano anterior, o equivalente a cerca de 7%. O saldo primário apresenta, entretanto, um excedente de 779 milhões de euros, correspondente a uma diminuição de 108 milhões de euros face a idêntico período do ano anterior.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

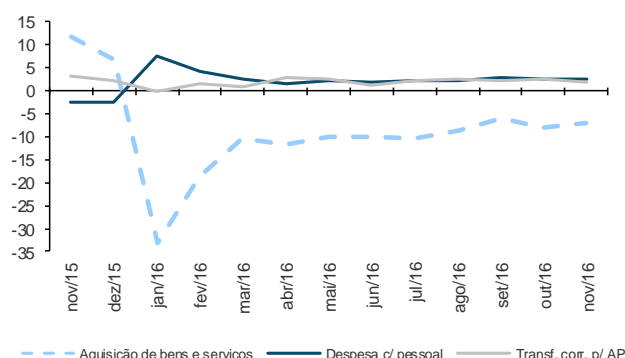
O referido agravamento do saldo global decorreu da combinação de um acréscimo de 1,1% da receita efetiva com um aumento de 2,0% da despesa efetiva do subsector. Os graus de execução da receita efetiva e da despesa efetiva situaram-se, entretanto, abaixo dos registados no período homólogo do

ano anterior (3,1 pontos percentuais e 2,5 pontos percentuais, respetivamente).

Para a evolução da receita efetiva foi determinante o aumento de 7,6% registado na cobrança dos impostos indiretos, evolução que compensou a diminuição que entretanto se verificou nos impostos diretos (5,9%).

O mencionado aumento da despesa efetiva teve como fatores preponderantes os aumentos registados nas rubricas *Juros e Outros Encargos* (4,7%) e *Despesas com o Pessoal* (2,5%). No mesmo período, as rubricas *Despesas de Capital* e *Aquisição de Bens e Serviços* mostram, entretanto, em relação ao período homólogo do ano anterior, diminuições de, respetivamente, 4,7% e 7,2%.

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2015	2016	2015	2016	2016			
	jan a nov		jan a nov		ago	set	out	nov
	10^6 euros		grau de execução (%)		VHA (%)			
Receita Efetiva	38 890	39 347	90,1	87,0	-0,1	0,6	0,9	1,1
Receita corrente	38 768	39 239	90,6	87,1	-0,2	0,6	0,9	1,2
Impostos diretos	15 967	15 027	87,7	83,9	-9,1	-6,1	-5,9	-5,9
Impostos indiretos	19 287	20 760	92,6	90,1	7,4	6,9	7,5	7,6
Despesa Efetiva	45 006	45 887	91,5	89,0	2,2	2,5	2,1	2,0
Despesa corrente	43 808	44 747	91,7	90,0	2,5	2,7	2,6	2,1
Despesa com pessoal	8 371	8 584	98,3	94,3	2,0	2,7	2,5	2,5
Aquisição bens e serviços	1 343	1 246	82,4	72,3	-8,6	-6,1	-7,9	-7,2
Subsídios	94	87	61,6	63,6	-13,5	-17,8	-7,7	-7,0
Juros	6 988	7 319	93,6	97,0	7,4	7,8	5,3	4,7
Transferências corr. p/ AP	24 521	24 950	92,9	91,1	2,5	2,1	2,4	1,7
Saldo Global	-6 115	-6 540	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	873	779	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

No final do mês de novembro, a execução orçamental dos SFA (incluindo o SNS e as EPR) registou um saldo global positivo de 262 milhões de euros, valor que representa um aumento de 183 milhões de euros em relação ao apresentado no mês homólogo do ano anterior.

Esta melhoria assentou na combinação do crescimento da receita efetiva em 1,2% face ao período homólogo anterior com um aumento de menor intensidade (0,5%) da despesa efetiva do subsector.

Do lado da receita assinalam-se os aumentos de registados nas *Transferências Correntes das AP* (1,2%); do lado da despesa merecem destaque o aumento de 6,2% das *Despesas com o Pessoal* e a diminuição de 1,2% na *Aquisição de Bens e Serviços*.

No mesmo período, as EPR incluídas neste subsector apresentaram um saldo global negativo de 716 milhões de euros, valor que traduz uma melhoria em relação ao registado no mês homólogo do ano anterior (954 milhões de euros).

Este resultado decorre da combinação de um aumento da receita efetiva (2,1%) com uma diminuição da despesa efetiva (0,9%). O referido aumento da receita assentou, entretanto, no crescimento registado nas *Transferências Correntes das AP* (32,3%). Do lado da despesa destacam-se o aumento de 7,0% nas *Despesas com o Pessoal*¹ e a redução de 7,9% operada na rubrica *Aquisição de Bens e Serviços*.

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas			
	2015		2016		2015		2016	
	jan a nov				jan a nov			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)*	VHA (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)*	VHA (%)
Receita Efetiva	25 556	25 873	88,5	12	7 756	7 918	85,8	2,1
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	3 669	3 705	93,2	10	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	15 189	15 365	87,9	12	563	745	72,4	32,3
Despesa Efetiva	25 477	25 611	84,6	0,5	8 710	8 635	79,4	-0,9
Despesa com pessoal	5 540	5 884	910	6,2	3 098	3 316	92,9	7,0
Aquisição de bens e serviços	5 963	5 894	85,5	-12	2 896	2 669	78,8	-7,9
Transferências correntes	10 166	10 304	910	14	60	98	51,1	62,4
Saldo Global	79	262	-	-	- 954	- 716	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2015		2016			2015		2016	
	jan a nov					jan a nov			
	10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)*		10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)*
Receita Efetiva	7 901	8 003	1,3	91,4	Receita Efetiva	9 225	9 034	-2,1	92,6
Receita fiscal	103	107	3,4	102,4	Contribuições p/ a CGA	3665	3 701	1,0	93,2
Outra receita corrente	7 757	7 879	1,6	91,8	Quotas e contribuições	3 574	3 609	1,0	93,2
Receita de capital	41	18	-57,0	28,3	Transferências correntes do OE	4 724	4 572	-3,2	92,6
Despesa Efetiva	8 021	8 192	2,1	91,7	Comparticipação do OE	4 489	4 329	-3,5	92,8
Despesa com pessoal	3 142	3 308	5,3	92,1	Compensação por pagamento de pensões	235	243	3,3	91,8
Aquisição de bens e serviços	4 692	4 701	0,2	91,4	Despesa Efetiva	8 940	8 955	0,2	91,9
Despesa de capital	104	87	-15,8	79,4	Pensões	8 783	8 791	0,1	91,9
Saldo Global	- 120	- 189	-	-	Saldo Global	285	79	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução orçamental do SNS (considerado, do ponto de vista financeiro, na ótica dos compromissos) registou um saldo global negativo de 189 milhões de euros, valor que representa um agravamento em relação ao défice de 120 milhões de euros apresentado no período homólogo do ano anterior.

O total da receita efetiva do SNS mostra, no período em análise, um crescimento de 1,3%, enquanto o total da despesa efetiva aumenta a uma taxa superior (2,1%). Para o aumento desta última concorreram as evoluções registadas nas rubricas *Despesas com o Pessoal* (mais 5,3% do que no período homólogo anterior) e *Aquisição de Bens e Serviços* (mais 0,2%, *idem*). Em contrapartida, as *Despesas de Capital* continuam a apresentar uma tendência decrescente (menos 15,8% em termos homólogos).

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

A execução orçamental da CGA traduziu-se, em finais de novembro, num saldo global positivo de 79 milhões de euros, valor que compara com o excedente de 285 milhões de euros registado no período homólogo do ano anterior.

O total da receita efetiva da CGA apresenta uma redução de 2,1% e o da despesa efetiva um aumento de 0,2% relativamente ao mês homólogo do ano anterior. A redução da receita está associada a uma redução de 3,5% na *Comparticipação do Orçamento do Estado* e o aumento da despesa resulta do aumento dos gastos com *Pensões*.

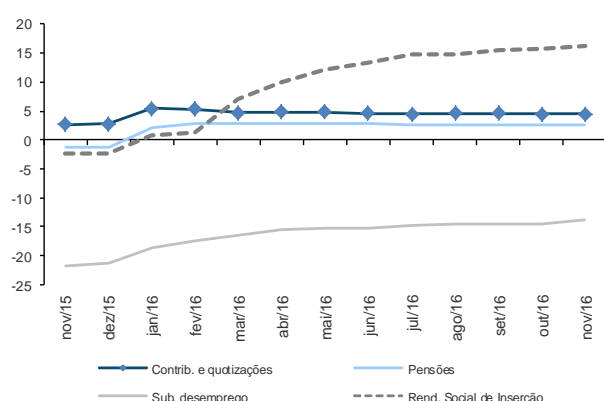
¹ Importa não perder de vista as EPR englobam os *Hospitais EPE* onde se repercute a política de reversão gradual da redução remuneratória na Administração Pública.

Segurança Social

A execução do orçamento da Segurança Social apresentou, no final de novembro um saldo global de 1302 milhões de euros, valor que traduz uma melhoria em relação ao excedente apurado no período homólogo anterior (832 milhões de euros). Este resultado decorre de um aumento do total da receita efetiva (4,2%) superior ao crescimento entretanto registado pela despesa efetiva (2,2%).

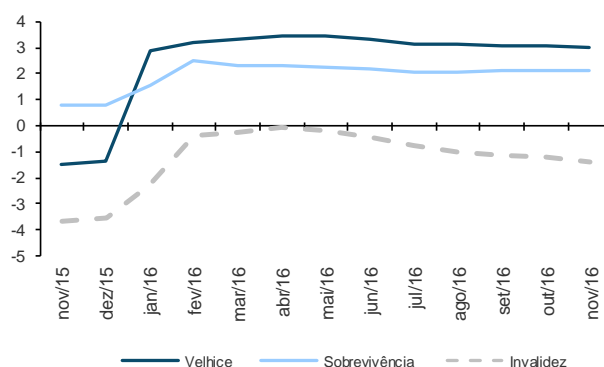
A evolução da receita assenta no aumento de 4,5% registado nas *Contribuições e Quotizações*. O crescimento da despesa reflete os aumentos de 2,5% das *Pensões* e de 10,2% da despesa com *Prestações e Ação Social*, só parcialmente compensados pela redução de 13,9% na rubrica *Subsídio de Desemprego e Apoio ao Emprego*.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



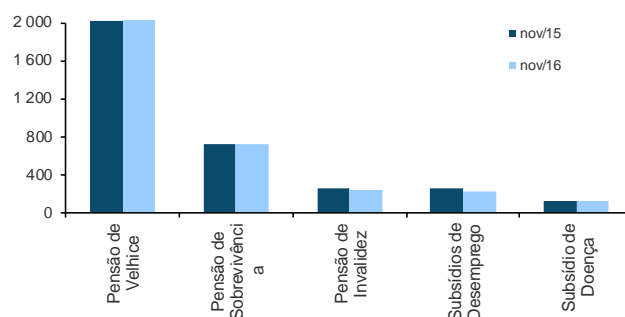
Fonte: DGO.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2015	2016		
	jan a nov			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Grau de execução (%) [*]
Receita Efetiva	22 430	23 373	4,2	89,0
Contribuições e quotizações	12 619	13 192	4,5	88,9
Transferências correntes da Adm. Central *	7 547	7 708	2,1	93,7
Despesa Efetiva	21 597	22 071	2,2	87,8
Pensões	14 066	14 420	2,5	91,6
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	453	429	-5,3	89,1
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	1 617	1 392	-13,9	85,0
Prestações e ação social	3 397	3 742	10,2	89,6
Saldo Global	832	1 302	-	-

Fonte: DGO.

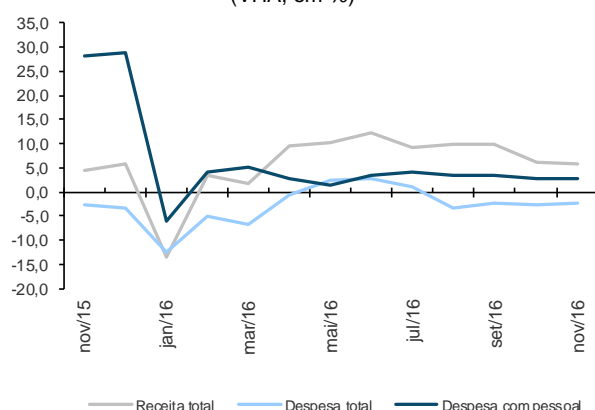
Administração Regional

No final do mês de novembro, o saldo global da execução orçamental da Administração Regional mostrava um excedente de 35 milhões de euros, valor que compara com o défice de 141 milhões de euros no período homólogo do ano anterior.

Na base deste resultado está a conjugação de um aumento de 5,6% do total da receita efetiva e de uma diminuição de 2,4% do total da despesa efetiva.

O referido acréscimo da receita efetiva decorreu do aumento nas *Receitas Fiscais* (1,0%) e das outras transferências correntes que quase sextuplicaram. Na evolução da despesa destaca-se o aumento na rubrica *Despesas com o Pessoal* (2,9%) mais do que compensado por reduções registadas nos gastos com a *Aquisição de Bens e Serviços* (3,3%) e com o *Investimento* (18,1%).

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Regional
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

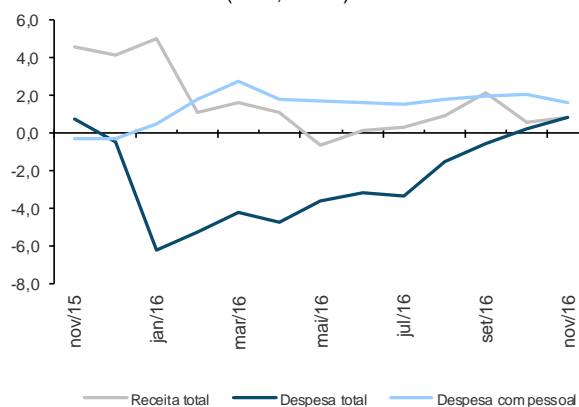
Administração Local

O saldo de execução orçamental da Administração Local cifrava-se, no final do mês de novembro, num excedente de 605 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 4 milhões de euros em relação ao período homólogo do ano anterior.

Este resultado assenta na conjugação do crescimento praticamente igual que se registou na receita efetiva e na despesa efetiva (0,8%).

A evolução da receita está associada, basicamente, a um crescimento da cobrança dos impostos (3,3%). A evolução da despesa é determinada pela redução registada no *Investimento* (17,2%), já que as rubricas mais importantes do ponto de vista financeiro - as *Despesas com o Pessoal* e a *Aquisição de Bens e Serviços* - apresentam aumentos significativos de 1,6% e 5,1%, respetivamente.

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Local
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2015	2016		2015	2016	
	jan a nov			jan a nov		
	10 ⁶ euros		VHA (%)	10 ⁶ euros		VHA (%)
Receita Efetiva	2 153	2 274	5,6	6 249	6 300	0,8
Impostos	1 316	1 330	1,0	2 188	2 260	3,3
Transferências correntes	79	473	-	2 266	2 302	1,6
Despesa Efetiva	2 294	2 239	-2,4	5 648	5 696	0,8
Pessoal	905	932	2,9	2 032	2 065	1,6
Aquisição de bens e serviços	644	622	-3,3	1 750	1 838	5,1
Transferências correntes	79	473	501,8	487	530	8,9
Investimento	159	131	-18,1	957	792	-17,2
Saldo global	- 141	35	-	601	605	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

No final do mês de outubro, a dívida consolidada do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) atingiu o montante de 243208 milhões de euros. Este valor representa uma diminuição de 1212 milhões de euros relativamente ao mês anterior (0,5%) e um aumento de 11624 milhões de euros relativamente ao final de 2015 (*idem*, 5,0%).

A Administração Central continua a deter a maioria da dívida pública, tendo sido a principal responsável pela referida diminuição que se verificou em relação ao mês anterior. Este sector detinha no final de outubro, depósitos no montante de 18647 milhões de euros, o que representa uma redução de 12,3% face ao mês anterior e um aumento de 40,1% em relação a dezembro de 2015.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2015 dez	2016 set	2016 out
Administrações Públicas	231 584	244 420	243 208
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	233 126	246 876	245 998
Administração Regional e Local	10 900	10 958	10 740
Segurança Social	2	2	2
Consolidação entre subsectores	12 443	13 417	13 532
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	13 252	21 271	18 647

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2015 dez	2016 out	2016 nov
Administrações Públicas	2 196	2 258	2 343
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	290	488	578
Administração Regional	638	531	531
Administração Local	1 267	1 238	1 234
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

A dívida não financeira das Administrações Públicas ascendia, no final de outubro, a 2343 milhões de euros. Este valor representa agravamentos de 3,8% e de 6,7% face, respetivamente, ao mês anterior e a dezembro de 2015.

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2015 dez	2016 out	2016 nov
Administrações Públicas	920	1 164	1 157
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	13	21	26
SNS	4	5	4
Hospitais EPE	451	758	757
Empresas Públicas Reclassificadas	15	15	15
Administração Regional	194	181	180
Administração Local	242	183	175
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	1	3	3
Empresas públicas não reclassificadas	1	3	3
Adm. Públicas e outras entidades	921	1 167	1 160

Fonte: DGO.

Os pagamentos em atraso no sector das Administrações Públicas atingiram em novembro o montante de 1157 milhões de euros, o que traduz uma diminuição de 0,6% face ao mês anterior e um aumento de 25,8% em relação a dezembro de 2015.

Dívida Direta do Estado

A dívida direta do Estado atingiu, no final do mês de novembro, o montante de 237489 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 1190 milhões de euros relativamente ao mês anterior (o equivalente a 0,5%).

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	30-out-16	nov-16			30-nov-16
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	135 477	2 767	223	6	136 012
da qual: Bilhetes do Tesouro	17 065	1 567	0	0	15 429
da qual: Obrigações Tesouro	109 659	-	223	10	110 210
Não Transacionável	33 024	2 504	2 111	-	33 100
da qual: Cert.Aforro e do Tesouro	23 678	401	62	0	23 915
da qual: CEDIC e CEDIM	6 298	1 863	1 449	0	6 009
Prog. de Ajustamento Económico	70 179	0	0	- 19	68 378
Total	238 679	5 271	2 334	- 13	237 489

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

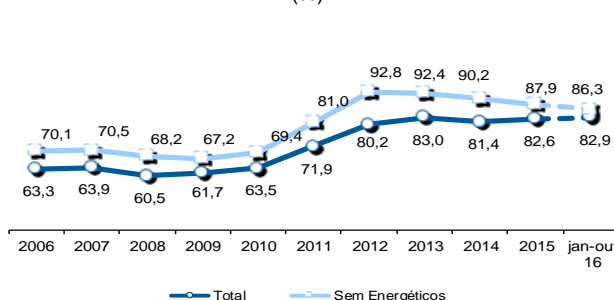
Durante o mês de dezembro, o IGCP, E.P.E., não realizou emissões de Bilhetes do Tesouro ou de Obrigações do Tesouro.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros dez meses de 2016, as exportações de mercadorias diminuíram 0,8%, em termos homólogos, com as importações a diminuírem 0,6% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) recuperou 0,1%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 1,3% e as respetivas importações registaram uma variação homóloga positiva de 3,8% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a outubro			VH	
	2015	2016	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	41.858	41.543	-0,8	2,4	-0,3
Importações (cif)	50.450	50.124	-0,6	3,1	-0,3
Saldo (fob-cif)	-8.592	-8.581	-0,1	6,0	-0,1
Cobertura (fob/cif)	83,0	82,9	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	38.568	39.079	1,3	3,2	1,9
Importações (cif)	43.598	45.267	3,8	4,9	4,2
Saldo (fob-cif)	-5.030	-6.188	23,0	15,4	20,9
Cobertura (fob/cif)	88,5	86,3	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)					
	2015	2016	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	11.430	10.012	-12,4	-2,3	-11,6
Importações (cif)	11.969	11.134	-7,0	0,9	-6,7
Saldo (fob-cif)	-539	-1.121	107,9	44,5	120,3
Cobertura (fob/cif)	95,5	89,9	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros dez meses de 2016, as exportações representaram 82,9% das importações, que reflete um decréscimo de 0,1 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 86,3% das importações (-1,6 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de outubro

Valores em milhões de Euros				
janeiro a outubro	2015	2016	TVH	
Intra+Extra UE				
Exportações (fob)	41 858	41 543	-0,8	
Importações (cif)	50 450	50 124	-0,6	
Saldo (fob-cif)	- 8 592	- 8 581	-0,1	
Cobertura (fob/cif)	83,0	82,9	-	
Intra UE				
Exportações (fob)	30 428	31 531	3,6	
Importações (cif)	38 481	38 990	1,3	
Saldo (fob-cif)	- 8 052	- 7 459	-7,4	
Cobertura (fob/cif)	79,1	80,9	-	
Extra UE				
Exportações (fob)	11 430	10 012	-12,4	
Importações (cif)	11 969	11 134	-7,0	
Saldo (fob-cif)	- 539	- 1 121	107,9	
Cobertura (fob/cif)	95,5	89,9	-	

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros dez meses de 2016, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE recuperou 7,4% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 3,6% e as importações a aumentarem 1,3%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE agravou-se 107,9% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2015	2016	TVH	2015	2016	TVH
jan	4 442	4 365	-1,7	3 777	3 677	-2,7
fev	4 507	4 714	4,6	3 954	4 026	1,8
mar	5 300	5 311	0,2	4 402	4 248	-3,5
abr	5 189	4 874	-6,1	4 243	4 145	-2,3
mai	5 361	5 158	-3,8	4 238	4 223	-0,4
jun	5 425	5 393	-0,6	4 554	4 469	-1,8
jul	5 435	5 065	-6,8	4 704	4 484	-4,7
ago	4 232	4 660	10,1	3 320	3 485	5,0
set	5 232	5 346	2,2	4 140	4 419	6,7
out	5 326	5 238	-1,7	4 526	4 368	-3,5
nov	5 033			4 333		
dez	4 827			3 634		
1º Trim	14 249	14 390	1,0	12 133	11 951	-1,5
2º Trim	15 975	15 426	-3,4	13 035	12 837	-1,5
3º Trim	14 900	15 070	1,1	12 164	12 387	1,8
4º Trim	15 186			12 493		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, n.º12/2015").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de outubro de 2016 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros dez meses de 2016, as exportações de mercadorias diminuíram 0,8%, em termos homólogos. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um crescimento de 1,3%.

Entre janeiro e outubro de 2016, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Máquinas e aparelhos e suas partes” (+0,7 p.p.), seguido dos “Têxteis, vestuário e seus acessórios” (+0,5 p.p.) e dos “Produtos acabados diversos” (+0,4 p.p.). As “Máquinas e aparelhos e suas partes” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (15,3%). Seguem-se os “Químicos” (13,0%).

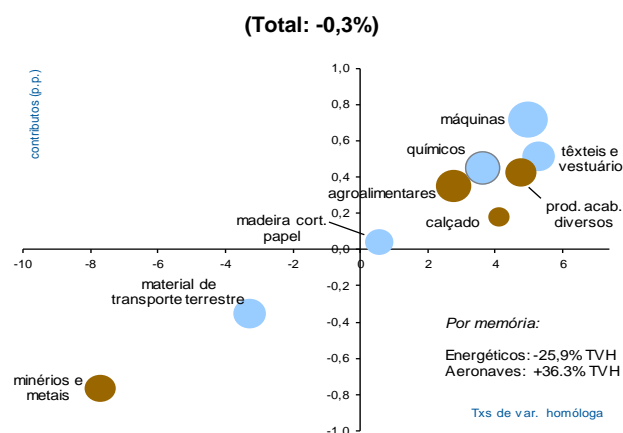
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para a evolução das exportações no último ano a terminar em outubro de 2016.

Nesse período, as exportações de mercadorias diminuíram 0,3% em termos homólogos, embora a maioria dos grupos de produtos divirja deste comportamento e registre um contributo positivo. Mais uma vez, destaca-se o contributo positivo dos produtos relativos a “Máquinas e aparelhos e suas partes” (+0,7 p.p.), dos “Têxteis, vestuário e seus acessórios” e dos “Químicos” (ambos com +0,5 p.p.).

De referir, ainda, o contributo positivo para o crescimento das exportações de mercadorias por parte dos “Produtos acabados diversos” e “Agro-alimentares” (ambos com 0,4 p.p.) e das “Aeronaves, embarcações e suas partes”, (0,2 p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2016



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos (Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		jan-out		últimos 12 meses ^[1]		jan-out	
	2015	2016	2010	2015	2015	2016	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	2015	2016	2010	2015	2015	2016	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	41 858	41 543	100,0	100,0	100,0	100,0	-0,3	-0,3	-0,8	-0,8
Agro-alimentares	5 189	5 318	11,7	12,8	12,4	12,8	2,8	0,4	2,5	0,3
Energéticos	3 290	2 464	6,4	7,6	7,9	5,9	-25,9	-2,1	-25,1	-2,0
Químicos	5 284	5 398	11,9	12,6	12,6	13,0	3,6	0,5	2,2	0,3
Madeira, cortiça e papel	3 363	3 339	9,0	8,1	8,0	8,0	0,6	0,0	-0,7	-0,1
Têxteis, vestuário e seus acessórios	4 081	4 277	10,4	9,8	9,8	10,3	5,3	0,5	4,8	0,5
Calçado, peles e couros	1854	1922	4,1	4,4	4,4	4,6	4,1	0,2	3,7	0,2
Minérios e metais	4 092	3 811	10,7	9,7	9,8	9,2	-7,7	-0,8	-6,9	-0,7
Máquinas e aparelhos e suas partes	6 070	6 349	15,1	14,6	14,5	15,3	5,0	0,7	4,6	0,7
Material de transp. terrestre e suas partes	4 645	4 431	11,6	10,9	11,1	10,7	-3,3	-0,4	-4,6	-0,5
Aeronaves, embarcações e suas partes	238	334	0,6	0,6	0,6	0,8	36,3	0,2	40,3	0,2
Produtos acabados diversos	3 752	3 899	8,6	9,0	9,0	9,4	4,8	0,4	3,9	0,4
Por memória:										
Total sem energéticos	38 568	39 079	93,6	92,4	92,1	94,1	19	18	13	12

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2016.

[2] $(\text{nov } 15\text{-out } 16) / (\text{nov } 14\text{-out } 15) \times 100 - 100$.

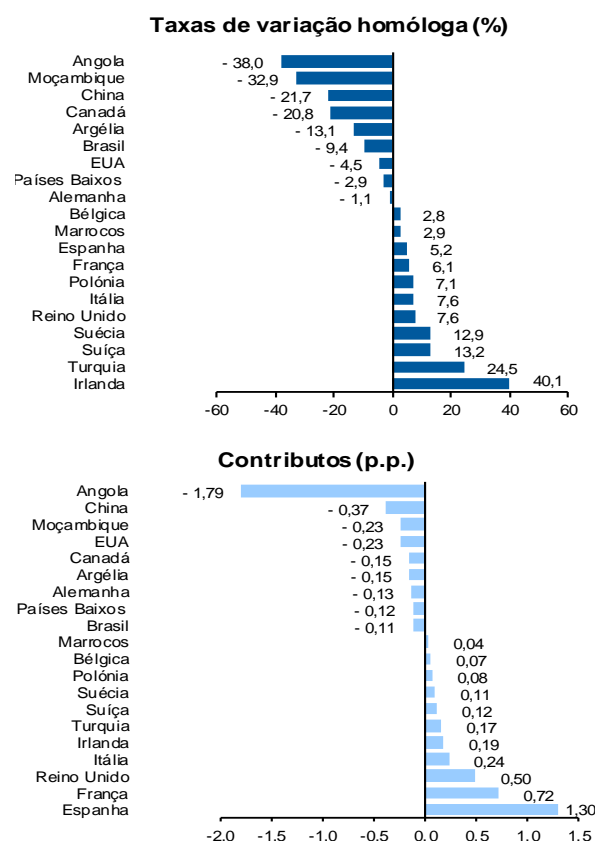
[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share : $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

Nos primeiros dez meses de 2016, as exportações para a UE cresceram 3,6%, em termos homólogos. As exportações com destino aos países da UE-15 registaram um crescimento de 3,4% em termos homólogos, enquanto que as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 8,1%. As exportações para países terceiros diminuíram 12,4% (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para Espanha (+1,2 p.p.) foram as que registaram o contributo positivo Intra UE-15 mais elevado, seguidas das exportações para a França e o Reino Unido (+0,6 p.p. e +0,4 p.p. respetivamente). Este comportamento diverge, contudo, do registado para o total das exportações de mercadorias que diminuem 0,8%, em termos homólogos.

No último ano a terminar em outubro de 2016, as exportações para os países Intra UE cresceram 4,0%, em termos homólogos. No caso dos países da UE-15, o crescimento foi de 3,8 %. As exportações para Espanha (+1,3 p.p.) e a França (+0,7 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se o crescimento das exportações para a Turquia (24,5%), a Suíça (13,2%) e o Marrocos (2,9%). No mesmo período, assume dimensão expressiva a quebra das exportações com destino a Angola (-38,0%) e Moçambique (-32,9%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos
Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2016



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Intra + Extra-UE (Fob)							Valores em milhões de Euros				
Destino	jan-out		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			anual		jan-out		12 meses ^[1]		jan-out		
	2015	2016	2010	2015	2015	2016	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]	
TOTAL	41 858	41 543	100,0	100,0	100,0	100,0	-0,3	-0,3	-0,8	-0,8	
Intra UE	30 428	31 531	75,4	72,8	72,7	75,9	4,0	2,9	3,6	2,6	
dos quais:											
UE-15	28 927	29 906	72,3	69,2	69,1	72,0	3,8	2,6	3,4	2,3	
Espanha	10 469	10 971	27,0	25,0	25,0	26,4	5,2	1,3	4,8	1,2	
França	5 031	5 281	12,0	12,1	12,0	12,7	6,1	0,7	5,0	0,6	
Alemanha	5 028	4 922	13,0	11,8	12,0	11,8	-1,1	-0,1	-2,1	-0,3	
Reino Unido	2 791	2 959	5,5	6,7	6,7	7,1	7,6	0,5	6,0	0,4	
Países Baixos	1 651	1 550	3,9	4,0	3,9	3,7	-2,9	-0,1	-6,1	-0,2	
Itália	1 295	1 398	3,7	3,2	3,1	3,4	7,6	0,2	7,9	0,2	
Bélgica	952	1 037	2,6	2,3	2,3	2,5	2,8	0,1	8,9	0,2	
Suécia	346	403	1,0	0,8	0,8	1,0	12,9	0,1	16,4	0,1	
Irlanda	201	291	0,3	0,5	0,5	0,7	40,1	0,2	44,9	0,2	
Alargamento	1 502	1 624	3,2	3,6	3,6	3,9	8,3	0,3	8,1	0,3	
Polónia	457	479	0,9	1,1	1,1	1,2	7,1	0,1	4,7	0,1	
Extra UE	11 430	10 012	24,6	27,2	27,3	24,1	-11,6	-3,2	-12,4	-3,4	
dos quais:											
EUA	2 176	2 034	3,5	5,2	5,2	4,9	-4,5	-0,2	-6,5	-0,3	
Angola	1 783	1 133	5,1	4,2	4,3	2,7	-38,0	-1,8	-36,4	-1,6	
China	712	541	0,6	1,7	1,7	1,3	-21,7	-0,4	-24,1	-0,4	
Marrocos	570	568	0,8	1,4	1,4	1,4	2,9	0,0	-0,4	0,0	
Brasil	476	447	1,2	1,1	1,1	1,1	-9,4	-0,1	-6,1	-0,1	
Argélia	465	384	0,6	1,1	1,1	0,9	-13,1	-0,1	-17,4	-0,2	
Suíça	388	448	0,9	0,9	0,9	1,1	13,2	0,1	15,3	0,1	
Turquia	279	335	0,7	0,7	0,7	0,8	24,5	0,2	20,1	0,1	
Canadá	317	242	0,5	0,7	0,8	0,6	-20,8	-0,2	-23,5	-0,2	
Moçambique	297	180	0,4	0,7	0,7	0,4	-32,9	-0,2	-39,5	-0,3	
Por memória:											
OPEP ^[4]	2 753	1 917	7,0	6,6	6,6	4,6	-30,9	-2,2	-30,4	-2,0	
PALOP	2 364	1 651	6,5	5,6	5,6	4,0	-31,2	-1,9	-30,2	-1,7	
EFTA	585	611	1,1	1,4	1,4	1,5	3,0	0,0	4,5	0,1	

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2015.

[1] Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2016.

[2] $(\text{nov } 15\text{-out } 16) / (\text{nov } 14\text{-out } 15) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a outubro de 2016, as importações de mercadorias registaram uma contração de 0,6%, em termos homólogos (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações de produtos “Energéticos” (-4,0 p.p.) e de “Minérios e metais” (-0,5 p.p.) para a redução das importações nos primeiros dez meses de 2016.

A contrariar esse decréscimo merecem particular referência as importações dos produtos “Material de transp. terrestre e suas partes”, com um contributo positivo de 1,0 p.p., “Máquinas e aparelhos e suas partes” (0,8 p.p.), “Aeronaves, embarcações e suas partes” (0,7 p.p.), “Agro-alimentares” e “Produtos acabados diversos” (ambos com 0,4 p.p.).

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (77,8%).

Nos primeiros dez meses de 2016, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram 1,3%, em termos homólogos, (1,0% quando provenientes da UE-15). Com origem nos países do Alargamento as importações registaram um crescimento de 7,8%.

As importações provenientes de países terceiros, registaram uma quebra de 7,0%, em termos homólogos, com particular destaque para as importações de mercadorias com origem na Arábia Saudita (-46,3%), na Argélia (-39,4%), no Cazaquistão (-36,8%) e em Angola (-23,4%). A China destaca-se como o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3,0% do total). Seguem-se o Brasil (2,0%) e a Rússia (1,7%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-out		Anual		jan-out		12 meses ^[1]		jan-out	
	2015	2016	2010	2015	2015	2016	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	50 450	50 124	100,0	100,0	100,0	100,0	-0,3	-0,3	-0,6	-0,6
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	7 799	8 021	14,0	15,5	15,5	16,0	2,7	0,4	2,8	0,4
Energéticos	6 851	4 857	14,4	13,2	13,6	9,7	-28,2	-3,9	-29,1	-4,0
Químicos	8 495	8 555	15,2	16,8	16,8	17,1	1,7	0,3	0,7	0,1
Madeira, cortiça e papel	1 674	1 761	3,6	3,3	3,3	3,5	5,4	0,2	5,2	0,2
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	3 226	3 278	5,9	6,5	6,4	6,5	2,9	0,2	1,6	0,1
Calçado, peles e couros	1 301	1 352	2,0	2,5	2,6	2,7	4,3	0,1	3,9	0,1
Minérios e metais	4 284	4 022	8,7	8,4	8,5	8,0	-5,5	-0,5	-6,1	-0,5
Máquinas e aparelhos e suas partes	7 782	8 198	16,8	16,8	16,4	16,4	5,0	0,8	5,3	0,8
Material de transp. terrestre e suas partes	5 760	6 246	11,4	11,4	11,4	12,5	9,4	1,1	8,4	1,0
Aeronaves, embarcações e suas partes	352	721	2,3	0,7	0,7	1,4	90,6	0,6	104,6	0,7
Produtos acabados diversos	2 925	3 114	5,7	5,9	5,8	6,2	7,4	0,4	6,5	0,4
Total sem energéticos	43 598	45 267	85,6	86,8	86,4	90,3	4,2	3,6	3,8	3,3
Mercados de origem										
Intra UE	38 481	38 990	78,6	74,8	76,3	77,8	1,7	1,3	1,3	1,0
dos quais:										
UE-15	36 848	37 230	76,2	71,8	73,0	74,3	1,5	1,1	1,0	0,8
Espanha	16 532	16 474	32,8	32,5	32,8	32,9	0,6	0,2	-0,4	-0,1
Alemanha	6 503	6 753	13,2	12,3	12,9	13,5	3,8	0,5	3,8	0,5
França	3 738	3 915	8,3	7,1	7,4	7,8	5,0	0,4	4,7	0,4
Itália	2 712	2 736	5,8	5,2	5,4	5,5	1,4	0,1	0,9	0,0
Países Baixos	2 570	2 556	5,3	5,2	5,1	5,1	0,2	0,0	-0,5	0,0
Reino Unido	1 594	1 559	3,3	3,1	3,2	3,1	-2,3	-0,1	-2,2	-0,1
Bélgica	1 423	1 414	2,9	2,7	2,8	2,8	0,3	0,0	-0,7	0,0
Suécia	546	565	1,0	1,1	1,1	1,1	0,4	0,0	3,4	0,0
Polónia	486	601	0,6	0,9	1,0	1,2	21,7	0,2	23,5	0,2
Alargamento	1 633	1 760	2,4	3,0	3,2	3,5	6,6	0,2	7,8	0,3
Extra UE	11 969	11 134	21,4	25,2	23,7	22,2	-6,7	-1,6	-7,0	-1,7
dos quais:										
China	1 498	1 509	2,2	2,7	3,0	3,0	2,8	0,1	0,8	0,0
Angola	943	722	0,3	2,7	1,9	1,4	-28,8	-0,6	-23,4	-0,4
EUA	802	703	1,7	1,6	1,6	1,4	-12,2	-0,2	-12,3	-0,2
Brasil	744	989	1,7	1,5	1,5	2,0	28,4	0,4	33,0	0,5
Arábia Saudita	632	339	0,8	1,3	1,3	0,7	-41,7	-0,5	-46,3	-0,6
Rússia	503	829	1,0	1,2	1,0	1,7	54,2	0,6	64,7	0,6
Cazaquistão	480	303	0,3	1,4	1,0	0,6	-43,3	-0,5	-36,8	-0,4
Argélia	507	307	0,5	1,2	1,0	0,6	-37,8	-0,4	-39,4	-0,4
Índia	379	426	0,5	0,8	0,8	0,9	13,3	0,1	12,3	0,1
Turquia	366	427	0,6	0,7	0,7	0,9	18,0	0,1	16,7	0,1
Azerbaijão	362	391	0,0	0,8	0,7	0,8	11,2	0,1	8,2	0,1
Coreia do Sul	291	280	0,5	0,5	0,6	0,6	0,0	0,0	-3,9	0,0
Colômbia	252	203	0,2	0,4	0,5	0,4	-18,4	-0,1	-19,7	-0,1
OPEP ^[4]	2 529	1 693	5,8	6,8	5,0	3,4	-33,6	-1,8	-33,0	-1,7
EFTA	301	326	1,8	0,6	0,6	0,6	6,8	0,0	8,1	0,0
PALOP	982	762	0,4	2,8	1,9	1,5	-27,9	-0,6	-22,4	-0,4

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2015.

[1] Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2016.

[2] (nov 15-out 16)/(nov 14-out 15) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

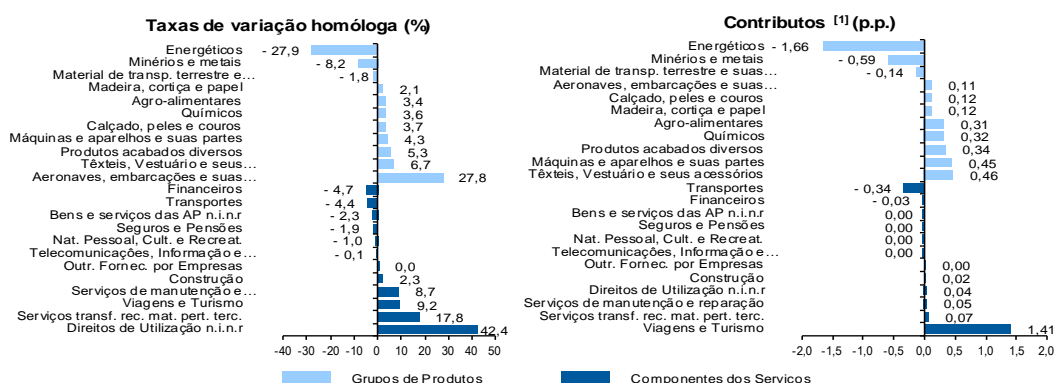
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de setembro de 2016, nos primeiros nove meses de 2016, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 0,4%. A componente dos Bens atenuou esse crescimento, registando um contributo negativo de 0,4 p.p..

Nos primeiros nove meses de 2016, a componente dos Serviços representou 34,9% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (+0,8 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das “Importações” (débito), com um peso de 18,5% no total, o seu comportamento contribuiu para atenuar em 0,2 p.p. a quebra das “Importações” totais (-1,0%) (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.4 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em setembro de 2016, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Têxteis, Vestuário e seus acessórios” (+0,46 p.p.) e dos “Máquinas e aparelhos e suas partes” (+0,45 p.p.). Na componente dos serviços, destacam-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+1,41 p.p.) e dos Serviços de transformação de recursos materiais pertencentes a terceiros (+0,07 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em setembro de 2016



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (10%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de Euros											
	jan-set		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		jan-set		média anual 10-15	12 meses ^[1]		jan-set	
	2015	2016	2010	2015	2015	2016		VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	56 071	56 291	100,0	100,0	100,0	100,0	6,6	1,0	1,0	0,4	0,4
Bens	36 873	36 655	68,2	66,0	65,8	65,1	5,9	-0,3	-0,2	-0,6	-0,4
Serviços	19 198	19 636	31,8	34,0	34,2	34,9	8,0	3,6	1,2	2,3	0,8
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	232	270	0,5	0,4	0,4	0,5	4,1	17,8	0,1	16,5	0,1
Serv. de manutenção e reparação	308	324	0,7	0,6	0,5	0,6	3,5	8,7	0,0	5,4	0,0
Transportes	4 361	4 145	8,2	7,7	7,8	7,4	5,3	-4,4	-0,3	-5,0	-0,4
Viagens e Turismo	8 877	9 719	14,0	15,4	15,8	17,3	8,5	9,2	14	9,5	15
Construção	369	370	1,0	0,7	0,7	0,7	1,0	2,3	0,0	0,1	0,0
Seguros e Pensões	92	82	0,2	0,2	0,2	0,1	5,4	-19	0,0	-11,1	0,0
Financiários	302	283	0,6	0,5	0,5	0,5	6,0	-4,7	0,0	-6,1	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r.	55	73	0,1	0,1	0,1	0,1	16,0	42,4	0,0	33,3	0,0
Telecom., Informação e Informática	956	976	1,3	1,7	1,7	1,7	12,2	-0,1	0,0	2,0	0,0
Outr. Forneç. por Empresas	3 393	3 142	4,5	6,2	6,1	5,6	13,5	0,0	0,0	-7,4	-0,4
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	151	154	0,5	0,3	0,3	0,3	-4,9	-10	0,0	2,1	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r.	103	99	0,3	0,2	0,2	0,2	-3,9	-2,3	0,0	-3,7	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	53 224	52 685	100,0	100,0	100,0	100,0	1,2	-0,6	-0,6	-1,0	-1,0
Bens	43 561	42 937	83,9	81,8	81,8	81,5	0,7	-1,2	-1,0	-1,4	-1,2
Serviços	9 663	9 748	16,1	18,2	18,2	18,5	3,8	1,8	0,3	0,9	0,2
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	15	9	0,0	0,0	0,0	0,0	-10	-36,6	0,0	-40,9	0,0
Serv. de manutenção e reparação	230	240	0,3	0,5	0,4	0,5	8,3	2,5	0,0	4,4	0,0
Transportes	2 423	2 245	4,2	4,5	4,6	4,3	2,7	-6,7	-0,3	-7,3	-0,3
Viagens e Turismo	2 724	2 880	4,4	5,1	5,1	5,5	4,1	6,1	0,3	5,7	0,3
Construção	64	85	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	31,2	0,0	32,6	0,0
Seguros e Pensões	256	254	0,4	0,5	0,5	0,5	5,1	0,8	0,0	-0,6	0,0
Financiários	443	384	1,2	0,8	0,8	0,7	-5,5	-6,2	0,0	-13,2	-0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r.	449	545	0,7	0,9	0,8	1,0	6,9	26,0	0,2	21,2	0,2
Telecom., Informação e Informática	848	844	1,2	1,6	1,6	1,6	7,5	-3,8	-0,1	-0,6	0,0
Outr. Forneç. por Empresas	1 935	1 976	2,7	3,7	3,6	3,8	7,7	5,1	0,2	2,1	0,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	190	187	0,7	0,3	0,4	0,4	-11,9	-16	0,0	-1,3	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r.	86	98	0,1	0,1	0,2	0,2	2,7	5,9	0,0	14,3	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até setembro de 2016.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuída a cada categoria especificada.

Destaques

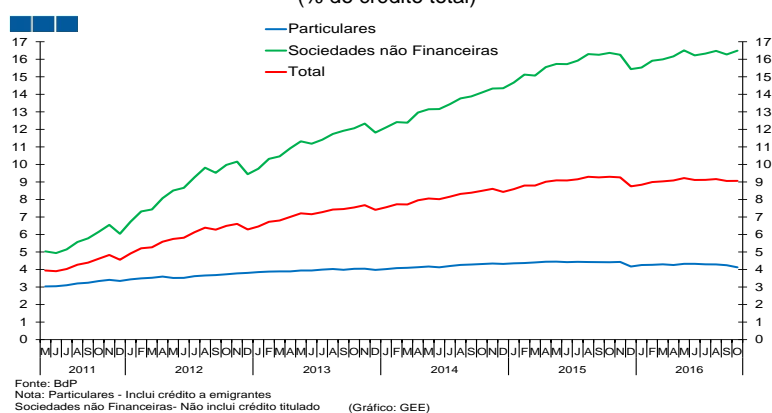
Evolução Recente do Novo Crédito Vencido das Empresas

Rita Tavares da Silva¹

1. Enquadramento

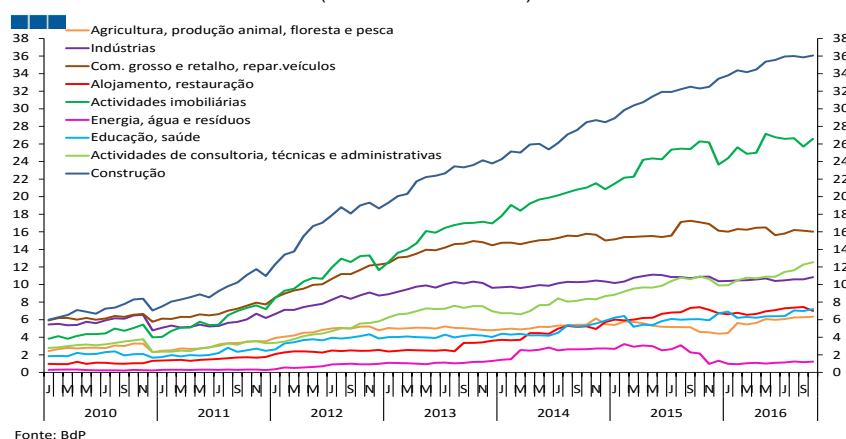
Desde o início do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), o rácio de crédito vencido em percentagem do crédito concedido pelas Outras Instituições Financeiras e Monetárias (OIFM) aumentou significativamente, tendo passado de 3,72% em março de 2011 para 9,06% em outubro de 2016 (Gráfico 1). Desagregando para as Sociedades Não Financeiras e Particulares, o rácio de crédito vencido das SNF foi o que sofreu o agravamento mais acentuado, tendo passado de 4,69% em março de 2011 para 16,49% em outubro de 2016, com o pico em maio de 2016 (16,51%).

Gráfico 1 – Stock de Crédito Vencido das Outras Instituições Financeiras Monetárias
(% do crédito total)



O rácio de crédito vencido acompanhou a tendência verificada a partir de 2011 na maioria dos sectores (Gráfico 2), sendo o sector da Construção o mais afetado, com valores significativamente superiores ao total das SNF.

Gráfico 2 - Crédito vencido por sector
(em % do crédito total)



2. Evolução recente do novo crédito vencido em 2016

Apesar desta tendência de aumento do crédito vencido nos últimos 5 anos, no 2º trimestre de 2016 inicia-se um período de diminuição de novo crédito vencido (Gráfico 3).

¹ Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia. As opiniões expressas não coincidem necessariamente com a posição do Ministério da Economia.

Analisando a variação de crédito vencido face ao período homólogo em percentagem do crédito total concedido (calculado como a diferença entre o crédito vencido de um período t e o crédito vencido do período homólogo em percentagem do montante total do crédito concedido no período t) verifica-se que desde abril de 2016 este valor é sucessivamente negativo.

Gráfico 3 - Variação de novo crédito vencido das SNF (%)

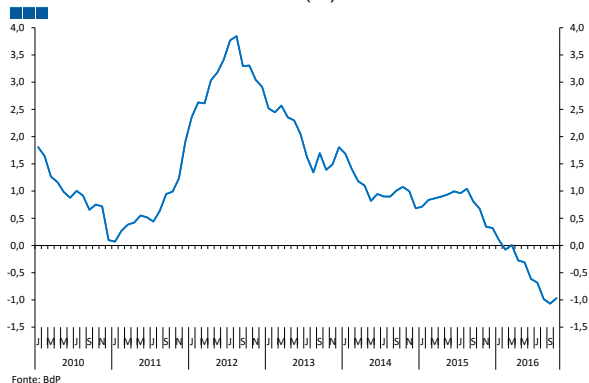
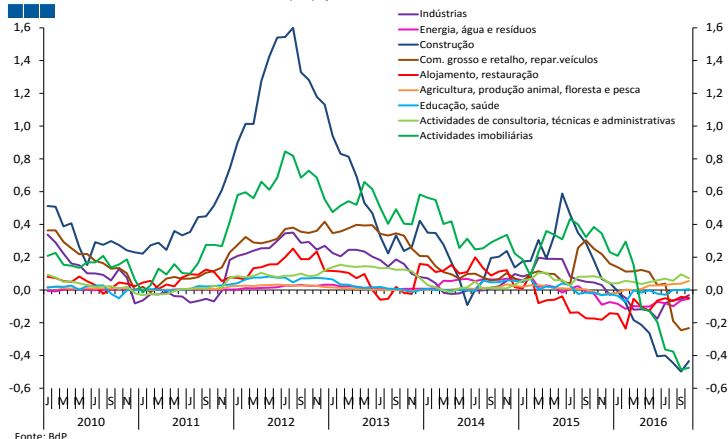


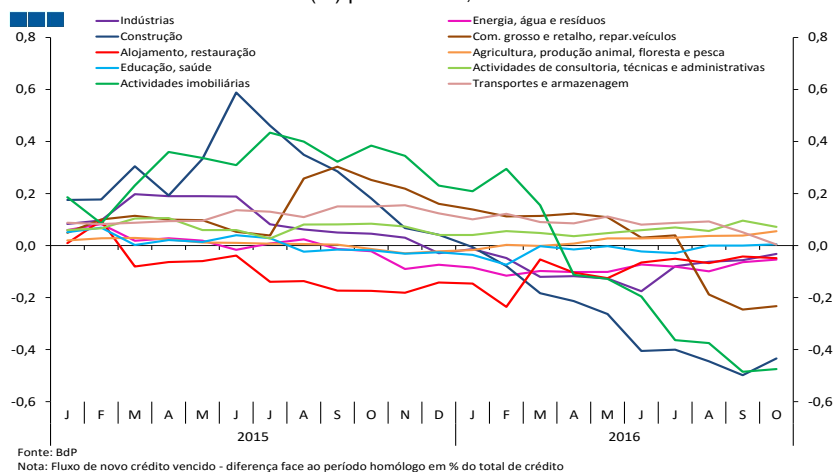
Gráfico 4 – Variação do novo crédito vencido das SNF (%) por sectores



Analisando o contributo dos sectores para a diminuição do crédito vencido em 2016 (Gráficos 4 e 5), verifica-se que o sector da *Construção* e o sector das *Actividades imobiliárias* foram os sectores onde o crédito vencido mais diminuiu (, e que mais contribuíram para esta diminuição, do mesmo modo que tinham sido estes os que mais tinham contribuído para o seu crescimento. O *Comércio por grosso e reparação de veículos* também contribuiu mais recentemente para esta redução, desde agosto de 2016.

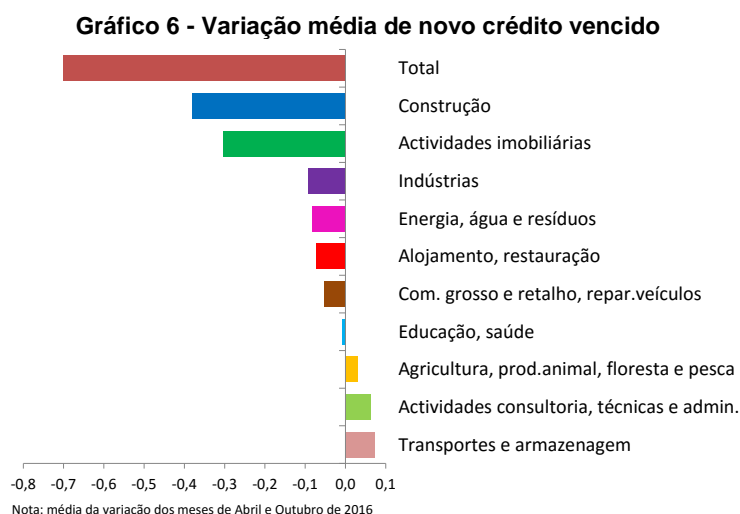
Os sectores do *Alojamento e restauração*, da *Energia, água e resíduos* e das *Indústrias* apresentam igualmente decréscimos de crédito vencido que, apesar de representarem um contributo inferior, se iniciaram mais cedo e persistem há mais tempo (desde março, setembro e dezembro de 2015, respetivamente).

Gráfico 5 - Variação de novo crédito vencido das SNF (%) por sectores, 2016



Entre abril e outubro de 2016, a variação média mensal do novo crédito vencido foi de -0,7% (Gráfico 6), com a quase totalidade dos sectores a contribuírem com variações negativas. A *Construção* foi o sector que apresentou a maior redução média mensal neste período (-0,38%), seguida das *Actividades imobiliárias* (-0,31%). Uma vez que estes dois sectores representam 53% do crédito vencido total atual, estas reduções tiveram um impacto significativo na variação total do novo crédito vencido. O *Comércio por grosso e reparação de veículos* e as *Indústrias*, que representam 15% e 11% do crédito total atual tiveram

uma variação média de -0,05% e de -0,09%, respetivamente, tendo igualmente contribuído para a variação negativa do total.



Esta diminuição do novo crédito vencido poderá ser explicada por vários fatores:

- o incumprimento do crédito tende a diminuir em períodos de crescimento económico por via da melhoria da situação das empresas (a taxa de crescimento trimestral do PIB apresentou valores positivos desde o 4º trimestre do 2013);
- a recomposição da carteira de crédito dos bancos, mais orientada para empresas (e sectores) com menor risco, mais rentáveis e menos endividadas, logo com maior capacidade para cumprir com o seu serviço de dívida.
- as empresas exportadoras apresentam menores rácios de incumprimento e têm tido um maior crescimento nos novos empréstimos concedidos que as não exportadoras (Banco de Portugal, Relatório de Estabilidade Financeira, Nov.2016);
- maior regulamentação e supervisão mais intensa - resultado da União Bancária que veio trazer um novo quadro muito exigente - podem conduzir a menor incumprimento, através de maior transparência e de políticas mais conservadoras na concessão de crédito (ponderação do risco de acordo com Basileia I e II) e da exigência de cumprimento de rácios mínimos de capital;
- implementação de programas e medidas que tinham como objetivo a recuperação e diminuição do incumprimento (PARI - Plano de Ação para o Risco de Incumprimento e PERSI - Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento), a partir de 2012.

Artigos

Em Análise

Inovação – Marcas, Patentes, Modelos e Desenhos na Economia Portuguesa*

Catarina Nunes¹ e José Eduardo Matos²

1. Introdução

Há muito que os economistas consideram a inovação como um estímulo essencial para o crescimento económico. Para Joseph Schumpeter, autor de “Theory of Economic Development” (1911), o empreendedor era o principal agente económico, à volta do qual todos os outros orbitam. Analisando a história e evolução económica, Schumpeter realçou a importância das inovações científicas e tecnológicas no crescimento das economias capitalistas, ainda que no curto-prazo houvesse flutuações positivas e negativas.

A mudança, impulsionada por aquilo a que chamou de “destruição criativa”, é o meio através do qual as dinâmicas de crescimento surgem. Motivados pela concorrência a melhorar processos produtivos, os empreendedores tentam uma nova maneira de fazer as coisas: inventam novas máquinas, criam métodos mais eficientes, pensam em algo que possa responder a necessidades ainda por satisfazer. É esta criatividade que acaba por destruir os processos mais obsoletos, dando origem a um novo ciclo até que as inovações sejam imitadas pelos demais concorrentes.

O modelo do “Real Business Cycle”, introduzido por F. Kydland e E. Prescott em 1982, tem também por base o progresso tecnológico como determinante do crescimento económico a longo-prazo, dado se tratar de um choque persistente. Nomeadamente ao nível da produtividade total dos fatores capital e trabalho, assim como no aumento do investimento.

Por outro lado, num mundo cada vez mais globalizado, em que a informação tende a ser vinculada de uma forma cada vez mais rápida, nomeadamente através das novas tecnologias de informação, as relações com os produtos sofreram enormes alterações e a desmaterialização dos objetos intensifica a importância da marca registada.

A consideração do contexto internacional de uso da propriedade industrial permite ainda verificar que Portugal se encontra a uma distância considerável dos países que lideram os rankings de patentes. Segundo a edição de 2016 do *Innovation Union Scoreboard*, da Comissão Europeia, a Dinamarca regista a melhor performance em matéria de registo de Marcas e Patentes com um *score* de 0,79, enquanto Portugal fica pelos 0,39. Na média da UE regista-se um *score* de 0,56.

O quadro seguinte permite aferir a evolução recente, no seio da UE 28 e à escala nacional, dos indicadores relativos a bens intelectuais, confirmando-se a distância mas verificando-se uma aproximação do contexto nacional ao da UE28, especialmente no que se refere aos desenhos ou modelos comunitários e marcas comerciais comunitárias.

* As opiniões expressas no artigo são da responsabilidade dos autores podendo não coincidir com as da instituição. Todos os erros e omissões são da responsabilidade dos próprios, que agradecem ao INPI a disponibilização da informação usada neste trabalho.

¹ Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia.

² NOVA School of Business and Economics

Quadro 1 - Innovation Union Scoreboard, score dos indicadores (2015-2016)

	UE28			Portugal		
	2015	2016	Tx.Var	2015	2016	Tx.Var
Bens intelectuais	0,62	0,56	-10%	0,38	0,39	3%
Candidaturas a patentes PCT	3,78	3,53	-7%	0,67	0,66	-1%
Candidaturas a patentes PCT relacionadas com desafios societários	0,98	1,01	3%	0,18	0,23	28%
Marcas comerciais comunitárias	5,83	6,09	4%	4,98	5,83	17%
Desenhos ou modelos comunitários	1,13	4,44	293%	0,87	4,38	403%

Fonte: Comissão Europeia, Innovation Union Scoreboard

Por tudo isto, a inovação é essencial para a competitividade das empresas, pelo que é fundamental observar indicadores como a criação de marcas e concessão de patentes ao longo dos anos. Desta forma pode-se perceber se os principais indicadores de inovação estão a evoluir de forma desejável.

O presente artigo apresenta a evolução do registo de marcas, patentes, modelos e desenhos em Portugal e as atividades económicas que as solicitam, demonstrando a sua propensão para a inovação. Para o efeito é utilizada informação de pedidos efetuados por entidades residentes em território português, durante o período 2010-2016³. A informação foi fornecida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), entidade responsável pela gestão do sistema português de propriedade industrial.

2. Novas Marcas

O registo da marca confere ao seu titular o direito de impedir terceiros de usar, sem o seu consentimento, e no exercício de determinadas atividades económicas, qualquer sinal igual, ou semelhante, em produtos ou serviços idênticos daqueles para os quais a marca foi registada, e que, em consequência da semelhança entre os sinais e da afinidade dos produtos ou serviços, possa causar um risco de confusão ou associação, no espírito do consumidor (Art.º 258.º do Código da Propriedade Industrial).

As marcas constituem, assim, o ponto-chave para a estratégia de desenvolvimento das empresas. O ponto-chave está em relacionar o produto ou serviço de tal modo que o consumidor/cliente possa identificar e consequentemente memorizar a marca, levando-o a ter um sentimento de pertença, de identificação, que o ligue à marca e a tenha em consideração aquando de futuras escolhas.

A marca tem, assim, múltiplas funções, das quais se salienta:

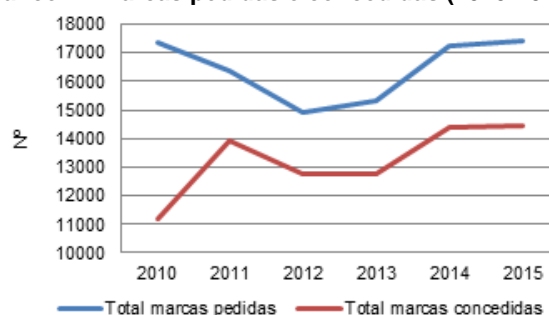
- Permitem às empresas diferenciar os seus produtos/serviços da restante concorrência;
- São um poderoso instrumento de marketing na medida em que permite criar uma imagem singular e diferenciadora;
- Constituem um ativo da empresa;
- Estimulam a empresa a preservar a sua imagem no mercado;
- Podem ser fonte de receita através da cobrança de royalties;
- Auxiliam os consumidores a identificar e a distinguir produtos/serviços, tendo efeito nas escolhas dos mesmos aquando da satisfação de uma necessidade.

De acordo com o que se pode observar através do Gráfico 1, o número de marcas pedidas anualmente em Portugal aproxima-se de 18 mil, tendo recuperado a partir de 2014 (quando cresceram 12,5%) da queda de 7% verificada até 2012, durante o período mais agudo da crise económica portuguesa. Por seu lado, o total de marcas concedidas apresenta uma tendência de crescimento, tendo aumentado, em média, desde 2010, 7% ao ano. Em 2014 e 2015 foram concedidas cerca de 14.500 marcas. Esta evolução

³ A informação disponível do ano de 2016 apenas diz respeito aos meses de janeiro, fevereiro e março (*)

resultou numa redução da diferença entre marcas pedidas e concedidas num dado período, o que se poderá explicar pela melhor qualidade dos pedidos e/ou por uma mais rápida resposta dos serviços.

Gráfico 1 - Marcas pedidas e concedidas (2010-2015)



Fonte: INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial

Quadro 2 - Evolução dos preços por pedido (2012-2016)

	2012		2016		Var.média anual (%)	
	on-line	papel	on-line	papel	on-line	papel
Pedido de marca	120€	240€	123,76€	247,51€	1%	1%

Fonte: DR de 31 de maio de 2012 e DR de 28 de junho de 2016

Em termos de preços verifica-se que, no período de 2012 a 2016, houve um aumento médio anual de 1% dos custos associados ao pedido de registo de marca, sendo este aumento superior ao crescimento médio anual da inflação (0%). A manter-se esta tendência, pode constituir um desincentivo para os agentes económicos.

É importante evidenciar também que o tempo médio calculado entre pedidos e despachos (concessão ou recusa da marca pedida) é de 117 dias em Portugal, o equivalente a aproximadamente 4 meses e inferior ao verificado na maioria dos países europeus. Este factor é determinante no contexto do ambiente de negócios proporcionando aos empresários ou empreendedores um período de espera aceitável para quem queira introduzir uma nova marca no mercado.

A importância do registo das marcas para a atividade económica torna relevante a evolução do número de marcas por Classificação de Atividade Económica (CAE). A informação existente apresenta, no entanto, algumas limitações, pois em apenas 14% do número total de concessões é possível identificar o sector do requerente.

Para além disso, há indícios de haver situações em que a CAE usada no pedido, realizado por prestadores de serviços a empresas, não corresponde ao sector que vai usar a marca, perdendo-se assim informação relevante a nível sectorial. Neste sentido, será útil no futuro que haja indicação da CAE do utilizador da marca na realização do pedido.

O primeiro aspeto a realçar é a diversidade sectorial de pedidos e concessões de marcas, não havendo uma significativa concentração de novas marcas nas CAE's que mais pedidos registam.

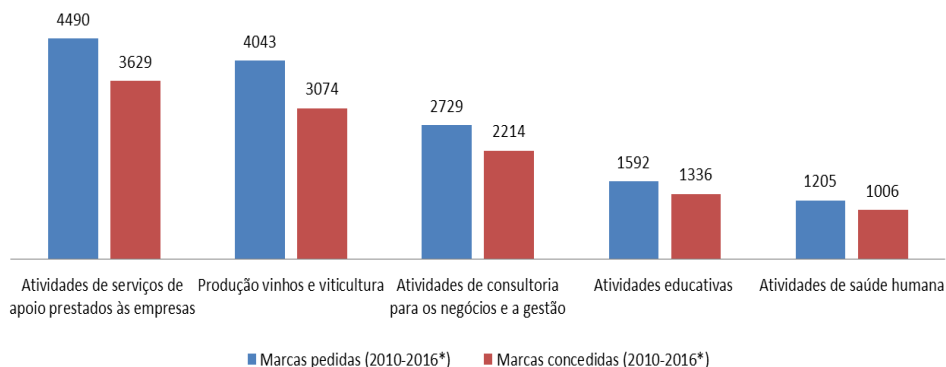
Entre a informação disponível, o maior número de pedidos de marca desde 2010 (Gráfico 2) foi feito pelas atividades de serviços de apoio às empresas e atividades de consultoria, somando 7216 pedidos e 5843 concessões, seguindo-se a produção de vinhos e viticultura, com pouco mais de 4 mil pedidos e 3 mil concessões.

Em “Outras atividades de serviços de apoio prestados às empresas” estão inseridas serviços de elaboração de relatórios textuais ou gravação de procedimentos legais, codificação e impressão de códigos de barras, etc. Em “outras atividades de consultoria para os negócios e gestão” incluem-se consultoria e assistência operacional às empresas em matérias como planeamento, organização, gestão financeira, gestão de recursos humanos, entre outros.

A produção de vinhos e licores e a viticultura (cultivo de uvas) constituem atividades de forte crescimento em Portugal e de elevado valor acrescentado. O facto do produto final poder ser bastante heterogéneo,

diferenciando-se tendo em conta inúmeros fatores, incluindo diferentes castas e características geográficas e regionais, faz com que produtores tenham necessidade de criar uma nova marca associada a qualidades algo singulares como forma de diferenciar os seus produtos.

Gráfico 2 - Marcas por atividade económica desde 2010



Fonte: INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial

É de referir ainda a importância das atividades educativas, nas quais se engloba formação especializada de adultos, desde ensino de línguas, ensino artístico, escolas de condução, entre outras. Perfazendo 1592 marcas pedidas e 1336 concedidas.

A fechar esta seleção, encontram-se atividades de saúde humana, com um número considerável de pedidos ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial durante os anos considerados, 1205 marcas pedidas e mais de 1000 concedidas. Nesta última CAE estão incluídos laboratórios de análises clínicas, terapia da fala, fisioterapia, psicologia e outras atividades similares exercidas em consultórios privados.

3. Patentes, Desenhos e Modelos

3.1. Patentes

Uma patente é um conjunto de direitos exclusivos, por um certo período de tempo, que o Estado concede a um inventor para a divulgação, o fabrico, a exploração e/ou a alienação da sua invenção. Se alguém desejar fazer uso da tecnologia patenteada, deverá contar com a autorização do titular da patente de acordo com o registro.

A patente de invenção evita o plágio das criações e permite que o inventor tenha proveito do êxito comercial do seu trabalho, o que promove a criatividade (é garantida a propriedade da invenção e a exclusividade na exploração), já que este documento impede que terceiros tenham esses direitos sem a autorização do titular exclusivo.

De acordo com a lei em vigor, a publicação de um pedido de patente é efetuada decorridos dezoito meses a contar da data da apresentação do pedido no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, só após este período deverá ser dado o despacho com a concessão ou não da patente. Neste momento, em Portugal, o intervalo temporal entre pedido e despacho de patente é, em média, de 601 dias (aproximadamente um ano e seis meses).

Tendo em conta esta diferença temporal, largamente superior a um ano, torna-se impossível fazer uma análise da evolução do pedido de patentes ao longo do curto período em que a informação está disponível (2010-2013). A constatação que pode ser feita é que o número anual de pedidos é superior a 300, não se verificando uma tendência evidente neste período (Quadro 2).

Quadro 2 - Patentes pedidas (publicitadas no ano em referência)

Ano	Total de patentes pedidas
2010	328
2011	324
2012	442
2013	310

Fonte: INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial

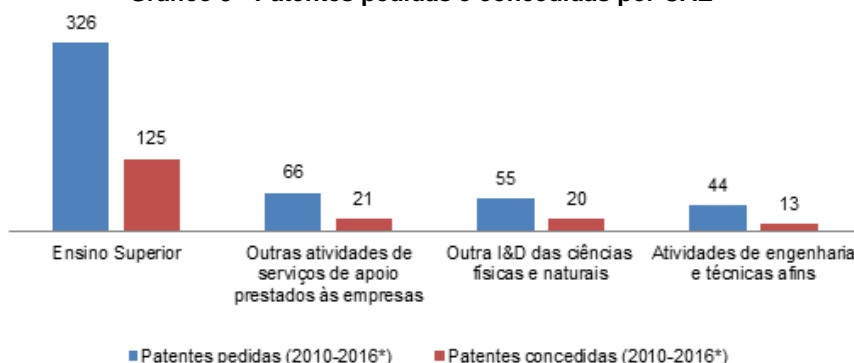
Quadro 3 - Evolução dos preços por pedido (2012-2016)

	2012		2016		Var.média anual (%)	
	on-line	papel	on-line	papel	on-line	papel
Pedido de patente nacional	101,4€	202,8€	104,57€	209,14€	1%	1%

Fonte: DR de 31 de maio de 2012 e DR de 28 de junho de 2016

Em termos de preços verifica-se que, à semelhança do que aconteceu com as marcas, no período de 2012 a 2016 houve um aumento médio anual de 1% dos custos associados ao pedido de registo de patente, sendo este aumento superior ao crescimento médio anual da inflação (0%). Também aqui poderá haver um desincentivo para os agentes no caso de esta tendência se manter.

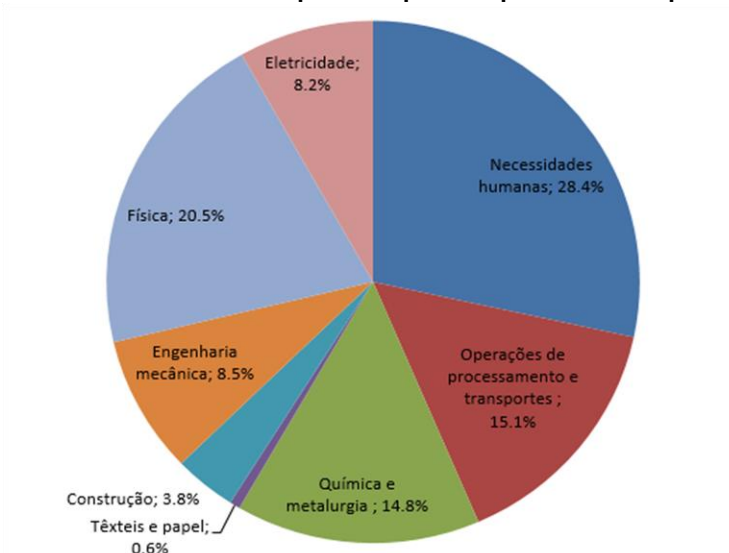
O sector com maior número de pedidos ao longo da série temporal considerada (Gráfico 3) é o Ensino Superior, com cerca de 34% do total, seguido dos serviços de apoio às empresas (6%), da investigação e desenvolvimento nas ciências físicas e naturais (5%) e das atividades de engenharia (4%).

Gráfico 3 - Patentes pedidas e concedidas por CAE

Fonte: INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial

Também nas patentes o sector que faz o pedido não coincide necessariamente com o sector que vai aplicar a patente. Atendendo à predominância dos pedidos de patentes provenientes do ensino superior, é da maior pertinência analisar mais aprofundadamente as classes de patentes associadas aos pedidos feitos. Desta forma pode-se aferir quais os sectores em que estas patentes estarão a ser utilizadas.

O Gráfico 4 mostra que a classe “necessidades humanas” é a que está associada a um maior número de patentes pedidas por faculdades, institutos e politécnicos do ensino superior, aproximadamente 28,4%. De seguida, a classe “física” é a que mais pedidos regista, cerca de 20,5%. “Operações de processamento e transportes”, assim como “química e metalurgia”, são outros destinos para as patentes pedidas pelo ensino superior, representando respetivamente 15,1% e 14,8%.

Gráfico 4 - Incidência das patentes pedidas pelo ensino superior

Fonte: INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial

O significativo envolvimento das universidades no pedido de patentes é muito positivo pois estimula a investigação e desenvolvimento (I&D). Porém, é fundamental que a I&D resulte também em inovações que possam ser disponibilizadas no mercado.

Em Portugal existe um elevado número de investigadores (8 por cada mil empregados), valor superior à média da União Europeia (UE: 7 por cada mil empregados). Contudo, apenas 30% dos investigadores estão associados a empresas, número muito inferior ao verificado na média da UE, cerca de 50%. A fraca ligação entre investigadores e o tecido empresarial constitui assim um fator de desvantagem competitiva para a economia portuguesa.

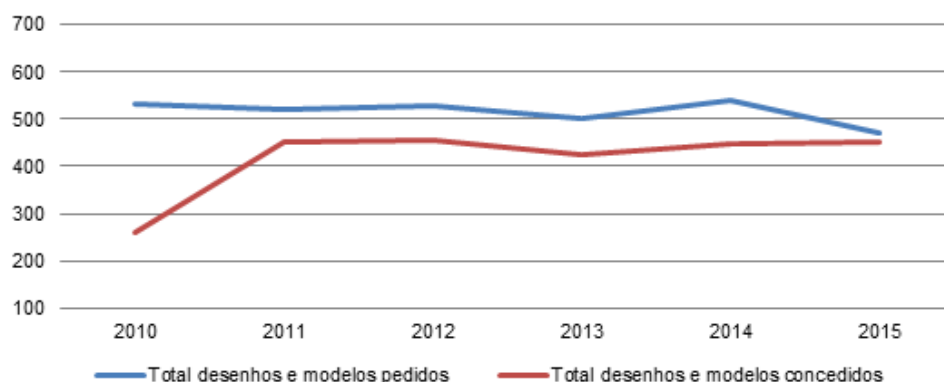
Neste sentido, parece ser importante incrementar esforços na divulgação dos benefícios para o sector empresarial do registo de marcas, patentes, desenhos e modelos.

3.2. Desenhos e Modelos

Define-se como desenho ou modelo a aparência da totalidade, ou de parte, de um produto resultante das características de, nomeadamente, linhas, contornos, cores, forma, textura ou materiais do próprio produto e da sua ornamentação. E por produto qualquer artigo industrial ou de artesanato, incluindo, entre outros, os componentes para montagem de um produto complexo, as embalagens, os elementos de apresentação, os símbolos gráficos e os caracteres tipográficos, excluindo os programas de computador.

É notória a aproximação entre o número de pedidos e de concessões de desenhos e modelos, ao longo do período em análise. Esta realidade deveu-se ao aumento em cerca de 73,4% na concessão de desenhos e modelos entre 2010 e 2011. Após este ano, os valores estabilizaram até 2015 (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Desenhos e modelos pedidos e concedidos (2010-2015)



Fonte: INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial

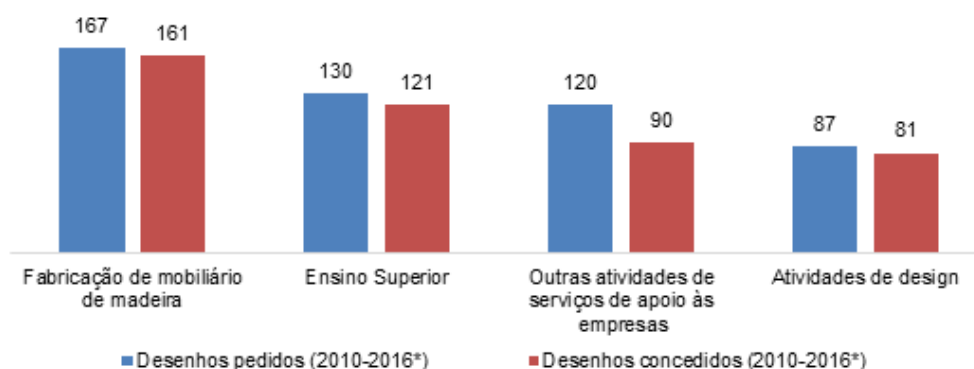
Quadro 4 - Evolução dos preços dos pedidos (2012-2016)

	2012		2016		Var. média anual (%)	
	on-line	papel	on-line	papel	on-line	papel
Pedido de desenho ou modelos	101,4€	202,8€	104,57€	209,14€	1%	1%

Fonte: DR de 31 de maio de 2012 e DR de 28 de junho de 2016

Em termos de preços verifica-se que, no período de 2012 a 2016, houve um aumento médio anual de 1% dos custos associados ao pedido de registo de desenhos ou modelos, sendo este aumento superior ao crescimento médio anual da inflação (0%) e igual ao verificado nas marcas e nas patentes.

Como nos casos anteriores, os pedidos realizados abrangem sectores muito diversos. A informação disponível indica como os sectores com maior número de pedidos a fabricação de mobiliário de madeira, seguido do ensino superior, dos serviços de apoio às empresas e das atividades de *design* (Gráfico 6). O peso relativo de cada uma destas atividades no total de concessões é, respetivamente, 6,3%, 4,8%, 3,5% e 3,2%.

Gráfico 6 - Desenhos e modelos pedidos e concedidos por CAE

Fonte: INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial

Como ressalva é importante considerar que, ao contrário do que parece suceder com o mobiliário, outras atividades cujo *design* é importante, como o calçado ou o vestuário, não surgem na base de dados como requerentes. Isto deve-se ao facto da atividade subjacente ao requerente de determinada patente, desenho ou modelo nem sempre corresponder à atividade para a qual a nova criação irá servir.

4. Conclusões

O registo de marcas, patentes, desenhos ou modelos deve ser visto pelos agentes económicos como uma forma de criação de valor, um ativo da empresa. Logo, deve fazer parte da estratégia de atuação de qualquer plano de negócio, ou seja, não deve ser algo que vem por acréscimo mas um ato de gestão que deve ser valorizado cada vez mais.

A proteção das marcas, patentes, desenhos e modelos é determinante para uma aposta estratégica na I&D das empresas nacionais. Esta é pois uma condição essencial para dotar as empresas portuguesas de condições básicas necessárias à obtenção de capacidade técnica, crescimento e domínio competitivo.

O período após 2010 caracterizou-se por uma forte crise económica em Portugal. Apesar deste contexto desfavorável, o número de registos de propriedade intelectual apresentou uma tendência crescente.

Existe, contudo, uma diferença muito importante. O crescimento nas marcas, desenhos e modelos refletem uma cada vez maior orientação para o mercado e preocupação com os clientes por parte das empresas portuguesas. Mas esta evolução não é tão evidente ao nível da I&D realizada e do registo de patentes, havendo necessidade de reforçar significativamente a sua aplicação ao mercado e a ligação entre investigadores e empresas.

A informação disponível dificulta a associação entre os sectores que mais recorrem a patentes, marcas, desenhos ou modelos e o respetivo desempenho económico. Apesar disso, existem três sectores que apresentam uma representatividade acima da média em marcas (vitivinícola) e em desenhos e modelos (Mobiliário e atividades de Design). Esta maior incidência em marcas, desenhos e modelos parece refletir maiores preocupações comerciais por parte das empresas destes sectores, designadamente para penetrar em mercados externos.

No caso do vinho, a informação disponibilizada pelo INE (apenas comparável nos anos 2013 e 2014 por alterações na classificação estatística) mostra que em 2014 se verificou um crescimento substancial no número de empresas (+20%, para 32 mil), no emprego (+15%, para 44 mil pessoas) e investimento (+8%, para 134 milhões de euros). As exportações cresceram mais de 20% entre 2010 e 2015, para cerca de 744 milhões de euros.

No Mobiliário, o crescimento das exportações no mesmo período foi ainda mais impressionante, superior a 61%. Apesar disso, o número de empresas, o emprego e o investimento registaram uma quebra significativa entre 2010 e 2014: -18%, -17% e -20%, respetivamente.

Finalmente, as atividades de *design* registaram crescimentos superiores a 20% entre 2010 e 2014 no número de empresas (para 4 mil) e no emprego (para 6 mil), e de 50% no investimento (para 8 milhões de

euros). Esta evolução rápida explica-se pelo baixo valor de partida mas é realçada por ter ocorrido num período muito difícil para a economia portuguesa.

Por sua vez, se atendermos ao valor acrescentado é notório que das CAEs consideradas neste trabalho, a que regista um VAB maior é a referente a atividades de saúde humana, com um peso no VAB total de 3,5% em 2014, cerca de 2.671 milhões de euros.

O estabelecimento de uma ligação direta entre a propriedade intelectual e o desempenho económico das empresas carece de melhor informação sectorial, de forma a assegurar que existe uma correspondência correta entre as entidades que solicitam o registo das diversas formas de propriedade e as que as vão aplicar ao mercado.

Só desta forma é possível realizar a avaliação necessária para garantir que as políticas públicas que visam estimular a inovação através de apoios financeiros e de projetos de co-promoção para reforçar o investimento e a transferência de conhecimento científico e tecnológico (vide Indústria 4.0, Capacitar ou o 4.º eixo do programa Capitalizar) para o setor empresarial, como é o caso do acordo de parceria firmado com a Comissão Europeia para o período 2014-2020, são adequadas às necessidades do país.

Referências

Comissão Europeia (2016), Innovation Union Scoreboard, Brussels.

INPI (2016), Base de Dados de concessão de patentes, marcas, desenhos e modelos (2010-2016).

Kydland, F. e E. Prescott (1982), "*Time to Build and Aggregate Fluctuations*". *Econometrica*. 50 (6): 1345–1370.

Schumpeter, Joseph (1911), "Theory of Economic Development: An Inquiry into Profits, Capital, Credit, Interest and the Business Cycle", Gulbenkian (tradução Portuguesa).

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>06 de dezembro de 2016</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 06 de dezembro de 2016 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano de Investimento para a Europa: O Conselho analisou duas vertentes do Plano de Investimento para a Europa, tendo debatido o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (<i>European Fund for Strategic Investments</i>, EFSI) e os obstáculos ao investimento. No que respeita ao Fundo, acordou-se a posição quanto à proposta de extensão da sua duração – para além do período inicial de três anos – e da sua capacidade financeira, fixando uma meta de pelo menos 500 mil milhões de euros até 2020, para o investimento total a alavancar com base nos recursos disponibilizados pelo EFSI. Relativamente aos obstáculos, o Conselho adotou um conjunto de conclusões que fazem um balanço das principais barreiras ao investimento e das medidas tomadas para as eliminar, solicitando a adoção de ações, a nível nacional e da União Europeia, com vista a colmatar estas limitações. ▪ Previsibilidade e transparência das regras orçamentais: O Conselho endossou um acordo que visa melhorar a previsibilidade e a transparência do Pacto de Estabilidade e Crescimento, no que diz respeito à avaliação das políticas orçamentais dos estados-membros e respetivos resultados, quer no braço preventivo quer no corretivo. De modo a reduzir a complexidade do mecanismo de fiscalização orçamental, é dada maior importância ao indicador da despesa, estabelecendo-se um limite superior para a taxa de crescimento da mesma. ▪ Alfândegas: A Presidência apresentou as principais questões estratégicas na área das alfândegas, destacando-se, neste âmbito, a criação formal do Grupo de Alto Nível dos Diretores-Gerais das Alfândegas, cujo mandato foi aprovado na reunião do COREPER de 30 de novembro. ▪ Semestre Europeu de 2017: O Conselho deu início ao Semestre Europeu de 2017 – processo que visa monitorizar as políticas económicas, de emprego e orçamentais dos estados-membros – com uma troca de impressões sobre os documentos apresentados pela Comissão Europeia, a saber: a Análise Anual do Crescimento, o Relatório sobre o Mecanismo de Alerta e o projeto de recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro. A aprovação de conclusões sobre os dois primeiros documentos, bem como do referido projeto de recomendação, está prevista para janeiro. <p>O Conselho adotou, sem debate, a proposta de diretiva que altera a Diretiva 2011/16/UE sobre cooperação administrativa em matéria fiscal, na sequência do acordo alcançado no ECOFIN de 8 de novembro. A Diretiva permitirá que as autoridades fiscais tenham acesso a informações sobre os beneficiários efetivos das empresas durante o controlo da correta aplicação das regras de tributação. Nesse sentido, ajudará a prevenir a evasão e a fraude fiscais. A Diretiva aplicar-se-á a partir de 1 de janeiro de 2018 e faz parte de uma série de medidas apresentadas pela Comissão em julho, na sequência da revelação dos documentos do Panamá (<i>Panama papers</i>), em abril de 2016.</p> <p>O Conselho adotou também conclusões sobre o pacote de medidas de reforma da tributação das sociedades, apresentado pela Comissão Europeia a 25 de outubro de 2016. O pacote é constituído pela comunicação "Construir um sistema de tributação das sociedades justo, competitivo e estável para a UE" e por quatro propostas legislativas. O Conselho registou a abordagem em duas fases proposta pela Comissão no que respeita às propostas relativas a uma matéria</p>

Iniciativa	Sumário
	<p>coletável comum do imposto sobre as sociedades (MCCIS) e a uma matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades (MCCCIS), e apoiou o ponto de vista de que os trabalhos deverão centrar-se prioritariamente nos elementos da matéria coletável comum.</p> <p>O Conselho emitiu ainda uma opinião acerca do Programa de Parceria Económica apresentado por Portugal, no contexto do procedimento por défices excessivos, documento que apresenta um conjunto de medidas e reformas estruturais para assegurar uma correção duradoura do défice.</p> <p>No domínio dos serviços financeiros, destaca-se ainda a adoção:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pelo COREPER, no dia 7 de dezembro, do compromisso alcançado previamente com o Parlamento Europeu quanto à proposta de Regulamento relativa aos fundos de mercado monetário; ▪ Pelo COREPER, no dia 7 de dezembro, do compromisso alcançado previamente com o Parlamento Europeu quanto à proposta que altera o Regulamento (UE) n.º 1286/2014, sobre os documentos de informação fundamental para pacotes de produtos de investimento de retalho e de produtos de investimento com base em seguros, no que diz respeito à sua data de aplicação; ▪ Pelo COREPER, no dia 15 de dezembro, da orientação geral do Conselho referente à proposta de Regulamento que altera o Regulamento (UE) n.º 345/2013 relativo aos fundos europeus de capital de risco e o Regulamento (UE) n.º 346/2013 relativo aos fundos europeus de empreendedorismo social; ▪ Pelo COREPER, no dia 20 de dezembro, do compromisso alcançado previamente com o Parlamento Europeu quanto à proposta de Regulamento relativo ao prospeto a publicar em caso de oferta pública de valores mobiliários ou da sua admissão à negociação; ▪ Pelo COREPER, no dia 20 de dezembro, da orientação geral do Conselho referente à proposta que altera a Diretiva (UE) 2015/849 relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e que altera a Diretiva 2009/101/CE. <p>As orientações gerais permitirão à Presidência dar início ao processo de negociação com o Parlamento Europeu.</p>
<p>Fundo Comum para os produtos de Base – ONU</p> <p>Conselho de Ministros de 30 de novembro</p>	<p>Proposta de resolução para submissão à Assembleia da República e referente ao acordo relativo à criação do Fundo Comum para os Produtos de Base, instituição financeira multilateral, constituída no âmbito da ONU, que tem por missão contribuir para o progresso socioeconómico dos produtores de matérias-primas dos países em desenvolvimento.</p>
<p>Processos de insolvência - Estatuto dos administradores judiciais</p> <p>Conselho de Ministros de 7 de dezembro</p>	<p>Alteração ao regime jurídico relativo ao estatuto dos administradores judiciais atribuindo-lhes a possibilidade de acesso às bases de dados públicas, nomeadamente ao registo informático das execuções, às bases de dados tributárias e da segurança social, nos mesmos termos em que esse acesso é conferido aos agentes de execução.</p> <p>Procura-se, desta forma, que os processos de insolvência se tornem mais céleres e que contenham informação mais rigorosa e exaustiva relativamente aos bens que constituem a massa insolvente.</p>
<p>Contratos de inves-</p>	<p>Aprovados seis contratos de investimento, no valor total de 215 milhões de euros, que preveem a criação de 525 postos de trabalho e a manutenção de</p>

Iniciativa	Sumário
timento Conselho de Ministros de 15 de dezembro	854. Os contratos preveem uma aposta na inovação e o reforço das exportações e foram celebrados com os seguintes grupos empresariais: Celulose Beira Industrial; Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo; Faurecia – Sistemas de Escape Portugal; Fibope Portuguesa – Filmes Biorientados; Eurocast Portugal; Waratah.
ADSE, IP – Serviço Nacional de Saúde Conselho de Ministros de 15 de dezembro	Criação de um instituto público de regime especial e de gestão participada ADSE, I.P., que substitui e sucede à Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas - ADSE.
Indemnizações compensatórias Conselho de Ministros de 15 de dezembro	Autoriza o pagamento de indemnizações compensatórias relativas à compensação financeira pela disponibilização dos títulos de transporte intermodais às diferentes empresas prestadoras de serviço público de transporte coletivo de passageiros, referente aos anos de 2014, 2015 e 2016.
Fatura Única Portuária Conselho de Ministros de 15 de dezembro	A Fatura Única Portuária por Escala de Navio é o sistema que agrega a faturação de todas as entidades públicas competentes nos atos de despacho de largada para cada escala de navio. Desta forma, é simplificada a atuação dos portos nacionais, facilitando o desenvolvimento do comércio internacional.
Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura Conselho de Ministros de 22 de dezembro	A formalização da adesão de Portugal ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII) será concretizada pela subscrição de 650 ações, num montante de 65 milhões de dólares. O BAII é uma nova instituição multilateral de financiamento focada nas infraestruturas, que tem por objetivo promover o desenvolvimento económico e a integração regional da Ásia, Pacífico e Oriente Médio, contribuindo, assim, para satisfazer parte das necessidades de financiamento de projetos de infraestruturas na região. Esta adesão possibilita a presença e defesa dos interesses nacionais, apoiando a participação de empresas, instituições financeiras e consultores nacionais nas oportunidades de negócio geradas no âmbito dos financiamentos proporcionados pelo Banco na região.
Salário Mínimo Nacional Conselho de Ministros extraordinário de 22 de dezembro	Atualização do valor do Salário Mínimo Nacional para 2017 para 557 euros. O diploma aprovado entrará em vigor no dia 1 de janeiro de 2017.

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
<i>Políticas públicas de internacionalização</i> <i>Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2016 - Diário da República n.º 230/2016, Série I de 2016-11-30</i>	Define um conjunto de orientações gerais para a articulação da política de internacionalização do ensino superior e da ciência e tecnologia com as demais políticas públicas de internacionalização.
<i>Comunicação de informações financeiras - Mecanismo automático de acesso e troca de informações financeiras</i> <i>Portaria n.º 302-A/2016 - Diário da República n.º 231/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-12-02</i>	Regula a estrutura e conteúdo do ficheiro a utilizar para efeitos do cumprimento das obrigações de comunicação previstas nas alíneas b) e c) do artigo 17.º do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 64/2016, de 11 de outubro.

Assunto/Diploma	Descrição
<i>Comunicação de informações financeiras - Contas financeiras excluídas</i> Portaria n.º 302-B/2016 - Diário da República n.º 231/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-12-02	Aprova as listas de instituições financeiras não reportantes e de contas financeiras excluídas a que se refere o artigo 4.º-F do Decreto-Lei n.º 61/2013, de 10 de maio.
<i>Comunicação de informações financeiras</i> Portaria n.º 302-C/2016 - Diário da República n.º 231/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-12-02	Regula a estrutura e conteúdo do ficheiro a utilizar para efeitos do cumprimento das obrigações de comunicação previstas na alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 61/2013, de 10 de maio.
<i>Comunicação de informações financeiras - Jurisdições participantes</i> Portaria n.º 302-D/2016 - Diário da República n.º 231/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-12-02	Estabelece as listas das jurisdições participantes, prevista no n.º 6 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 64/2016, de 11 de outubro.
<i>Comunicação de informações financeiras - Instruções</i> Portaria n.º 302-E/2016 - Diário da República n.º 231/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-12-02	Aprova a declaração modelo 53 e respetivas instruções de preenchimento, anexas à presente portaria e que dela fazem parte integrante, para efeitos do disposto no artigo 7.º-B do Decreto-Lei n.º 61/2013, de 10 de maio.
<i>Investimento em Portugal – Sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde</i> Despacho n.º 14524/2016 - Diário da República n.º 231/2016, Série II de 2016-12-02	Nomeia a Comissão de Acompanhamento da execução do Acordo, celebrado entre o Ministério das Finanças, o Ministério da Saúde, o Ministério da Economia e a Indústria Farmacêutica, por intermédio da APIFARMA - Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica, para o período de 2016 a 2018, que visa contribuir para a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde, garantir o acesso ao medicamento e reforçar as condições de atratividade para o investimento em Portugal.
<i>Plataforma marítima de produção de electricidade</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 81-A/2016 - Diário da República n.º 235/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-12-09	Conclui os procedimentos de instalação de plataforma marítima de produção de eletricidade, ao largo de Viana do Castelo.
<i>Organização Internacional do Trabalho – Trabalho Marítimo</i> Aviso n.º 118/2016 - Diário da República n.º 236/2016, Série I de 2016-12-12	Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação da Convenção do Trabalho Marítimo, 2006, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho na sua 94.ª sessão, realizada em Genebra, a 23 de fevereiro de 2006.
<i>Domínio do Capital Humano</i> Portaria n.º 311/2016 - Diário da República n.º 236/2016, Série I de 2016-12-12	Quarta alteração ao Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano, aprovado em anexo à Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março.
<i>Emissão de dívida pública</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2016 - Diário da República n.º 237/2016, Série I de 2016-12-13	Autoriza a emissão de dívida pública, em execução do Orçamento do Estado para 2016.
<i>Contrato de Investimento – BOSCH, SA</i> Despacho n.º 15012/2016 - Diário da República n.º 237/2016, Série II, 2016-12-13	Aprova a minuta final do contrato de investimento e respetivos anexos, a celebrar pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., em representação do Estado Português, a ROBERT BOSCH, GmbH, a ROBERT BOSCH PORTUGAL, SGPS, S. A., e a BOSCH TERMOTECNOLOGIA, S. A., tendo por objeto um projeto de investimento que consiste no aumento da capacidade produtiva da unidade fabril desta última empresa, em Aveiro, para a produção e a introdução no mercado de uma nova gama de esquentadores.
<i>Grupo de Trabalho «Lítio»</i> Despacho n.º 15040/2016, Diário da República n.º 237/2016, Série II, de 2016-12-13	Cria o Grupo de Trabalho «Lítio», para identificação e caracterização das ocorrências do depósito mineral de lítio no nosso país, bem como das respetivas atividades económicas.
<i>Desvalorização da moeda</i> Portaria n.º 316/2016 - Diário da República n.º 238/2016, Série I de 2016-12-14	Procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda aplicáveis aos bens e direitos alienados durante o ano de 2016.
<i>Instalações petrolíferas de interesse público</i> Regulamento n.º 1094/2016 - Diário da República n.º 238/2016, Série II de 2016-12-14	Estabelece as condições gerais de acesso às grandes instalações petrolíferas declaradas de interesse público, nos termos do artigo 34.º-A do Decreto-Lei n.º 31/2006, de 15 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 244/2015, de 19 de outubro.

Assunto/Diploma	Descrição
<i>Acesso universal ao Diário da República</i> <i>Decreto-Lei n.º 83/2016 - Diário da República n.º 240/2016, Série I de 2016-12-16</i>	Aprova o serviço público de acesso universal e gratuito ao Diário da República.
<i>Programa Capacitar a Indústria Portuguesa</i> <i>Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/2016, Série I, de 21 de dezembro</i>	Aprova o CITec - Programa Capacitar a Indústria Portuguesa, enquanto instrumento fundamental da passagem de conhecimento das instituições de ensino superior para as empresas.
<i>Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas</i> <i>Decreto-Lei n.º 85/2016, Série I, de 21 de dezembro</i>	Altera o regime da administração financeira do Estado e do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.
<i>Contrato de investimento – AICEP-CELBI,SA - CELTEJO,SA</i> <i>Despacho n.º 15301/2016, Série II de 21 de dezembro</i>	Aprova a minuta do Contrato de Investimento e respetivos anexos, a celebrar pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., em representação do Estado Português, a ALTRI, SGPS, S. A., a Celulose Beira Industrial (CELBI), S. A., e a CELTEJO - Empresa de Celulose do Tejo, S. A., tendo por objeto um projeto de investimento que consiste na introdução, na unidade industrial desta última sociedade, de inovações no processo de produção de pasta de papel tissue.
<i>Grandes Opções do Plano</i> <i>Lei n.º 41/2016 - Diário da República n.º 248/2016, Série I de 2016-12-28</i>	Grandes Opções do Plano para 2017.
<i>Orçamento do Estado</i> <i>Lei n.º 42/2016 - Diário da República n.º 248/2016, Série I de 2016-12-28</i>	Orçamento do Estado para 2017.

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVL	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.